

Nicaulis Costa Conserva

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA ARTE À LUZ DOS PARÂMETROS CURRICULARES  
NACIONAIS: a voz de professores de escolas municipais de Campos dos  
Goytacazes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Avaliação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Sá Earp de Mello e Silva

Rio de Janeiro  
2018

C755a Conserva, Nicaulis Costa.  
Avaliação do ensino da arte à luz dos Parâmetros  
Curriculares Nacionais: a voz de professores de  
escolas municipais de Campos dos Goytacazes /  
Nicaulis Costa Conserva. - 2018.  
77 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Sá Earp de  
Mello e Silva.

Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) -  
Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 68-71.

1. Ensino – Avaliação – Campos dos Goytacazes (RJ).
2. Escolas Municipais – Parâmetros Curriculares Nacionais. I. Silva, Maria de Lourdes Sá Earp de Mello. II. Título.

CDD 371.2109853

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

NICAULIS COSTA CONSERVA

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DA ARTE À LUZ DOS PARÂMETROS  
CURRICULARES NACIONAIS: a voz de professores de escolas municipais de  
Campos de Goytacazes**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 27 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA

*Maria de Lourdes Sá Earp de Mello e Silva*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA DE LOURDES SÁ EARP DE MELLO E SILVA  
Faculdade Cesgranrio

*Maria Beatriz Gomes Bettencourt*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA BEATRIZ GOMES BETTENCOURT  
Faculdade Cesgranrio

*Monique Andries Nogueira*

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MONIQUE ANDRIES NOGUEIRA  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ao Mario Pagani pelo companheirismo incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Sá Earp de Mello e Silva, pela orientação desta dissertação.

Às Professoras Doutoras Maria Beatriz Gomes Bettencourt e Monique Andries, por terem aceitado fazer parte da banca e pelas valiosas contribuições.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ligia Gomes Elliot, pelo acompanhamento nas etapas deste Curso.

Aos amigos da Turma 2016, pelo apoio desmedido e amizade verdadeira.

Aos queridos professores do Mestrado em Avaliação, pela presença.

À Renata, Giovana, Henrique e Jorge, pelo carinho constante.

Aos funcionários da Faculdade Cesgranrio, pelo atencioso atendimento.

Ao Instituto Federal Fluminense, pelo apoio para a realização deste Mestrado.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o ensino de Arte de escolas municipais da cidade de Campos dos Goytacazes à luz dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte. Para isso, foram elaboradas duas questões avaliativas: 1) Até que ponto os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão presentes no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes? 2) Até que ponto a regulamentação legal sobre o ensino da Arte orienta a prática docente em escolas municipais de Campos dos Goytacazes? A abordagem avaliativa do estudo foi a centrada em especialistas. Os respondentes do estudo avaliativo foram professores de Arte da rede municipal de ensino campista, considerados especialistas nesse ensino. O instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista elaborado a partir de categorias e indicadores construídos com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2017 a janeiro de 2018 e os dados foram tratados com o auxílio do *software* Atlas.ti. Os resultados do estudo avaliativo levaram a concluir que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão pouco presentes no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes, e a regulamentação legal do ensino de Arte não orienta a prática da mesma em escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Foi sugerida a realização de capacitações, a partir dos pressupostos dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte e da preconização da legislação a respeito do ensino de Arte para os professores do município de Campos dos Goytacazes.

**Palavras-chave:** Ensino de Arte. Avaliação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. Professor de Arte.

## **ABSTRACT**

This study aimed to evaluate the teaching of Arts from municipal schools in the city of Campos dos Goytacazes in the light of National Curriculum Parameters/Arts. For this, two evaluative questions were elaborated: 1) To what extent the National Curriculum Parameters/Arts are present in the Arts teaching of municipal schools of Campos dos Goytacazes? 2) To what extent do the legal regulations on the teaching of Arts guide teaching practice in municipal schools in Campos dos Goytacazes? The evaluative approach of the study was centered on specialists. The respondents of the evaluative study were Arts teachers of the municipal network of their education, considered experts in teaching arts. The instrument used was an interview guide based on categories and indicators built from the National Curriculum Parameters/Arts. The interviews were carried out from december 2017 to january 2018 and the data were treated using Atlas.ti software. The results of the evaluative study led to conclude that the National Curriculum Parameters/Arts are not very present in the Arts teaching of municipal schools in Campos dos Goytacazes and the legal regulation of Arts teaching does not guide the practice of Arts teaching in those municipal schools. The study suggested that teachers' training should be based on the National Curriculum Parameters/Arts and on the recommendation of the legislation regarding the teaching of Arts to the teachers of the municipality of Campos dos Goytacazes.

**Keywords:** Arts Teaching. Evaluation. National Curriculum Parameters – Arts. Arts Teacher.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Categorias e indicadores para elaboração do instrumento.....	25
Quadro 2	Idade, sexo, tempo de formação, tempo de docência e forma de ingresso.....	31
Quadro 3	Formação acadêmica.....	32
Quadro 4	Número de turmas e número de alunos.....	32
Quadro 5	Resposta às questões avaliativas.....	62



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CIEP	Centro Integrado Educação Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAEB	Federação dos Arte-Educadores do Brasil
IFF	Instituto Federal Fluminense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>O SURGIMENTO DA DISCIPLINA DE ARTE NO ENSINO BÁSICO E SUA PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>12</b>
1.1	DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR A DISCIPLINA ESCOLAR.....	12
1.2	A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTE.....	15
1.3	OBJETIVO, QUESTÕES AVALIATIVAS E JUSTIFICATIVA.....	18
<b>2</b>	<b>O ENSINO DE ARTE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....</b>	<b>19</b>
2.1	ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ARTE.....	19
2.2	PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE ARTE EM CAMPOS.....	21
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	24
3.2	CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO.....	24
3.2.1	<b>Definição de categorias e indicadores.....</b>	<b>24</b>
3.2.2	<b>Construção e validação do instrumento.....</b>	<b>27</b>
3.3	APLICAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	28
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	29
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>31</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES.....	31
4.2	ASPECTOS MATERIAIS.....	33
4.2.1	<b>Espaço físico para aulas de Arte.....</b>	<b>33</b>
4.2.2	<b>Materiais didáticos para aulas de Arte.....</b>	<b>34</b>
4.3	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	36
4.3.1	<b>Referências artísticas.....</b>	<b>36</b>
4.3.2	<b>Atividades propostas aos alunos.....</b>	<b>39</b>
4.3.3	<b>Inter-relação com outras disciplinas.....</b>	<b>40</b>
4.3.4	<b>Projetos extracurriculares em Arte.....</b>	<b>41</b>
4.3.5	<b>Avaliação em Arte.....</b>	<b>42</b>
4.4	ASPECTOS PEDAGÓGICOS.....	45
4.4.1	<b>Aprendizagem em Arte.....</b>	<b>45</b>
4.4.2	<b>Ensino de Arte.....</b>	<b>47</b>
4.4.3	<b>Três eixos da aprendizagem.....</b>	<b>51</b>
4.4.4	<b>Formação continuada.....</b>	<b>52</b>
4.5	ASPECTOS LEGAIS.....	55
4.5.1	<b>Currículo mínimo.....</b>	<b>55</b>
4.5.2	<b>Obrigatoriedade do ensino da Arte.....</b>	<b>57</b>
4.5.3	<b>Quatro linguagens artísticas no ensino da Arte.....</b>	<b>58</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>
5.1	RESPOSTA ÀS QUESTÕES AVALIATIVAS.....	62

5.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	66
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevista para a Coordenadora pedagógica do ensino da Arte do município de Campos dos Goytacazes – RJ.....</b>	<b>73</b>
	<b>APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para os professores de Arte do município de Campos dos Goytacazes – RJ.....</b>	<b>75</b>

# 1 O SURGIMENTO DA DISCIPLINA DE ARTE NO ENSINO BÁSICO E SUA PROBLEMÁTICA

## 1.1 DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR A DISCIPLINA ESCOLAR

Foi preciso um longo percurso até que a Arte adquirisse um estatuto pedagógico de disciplina escolar na educação brasileira: dos ateliês de arte barroca ao Liceu de Artes e Ofícios, das escolinhas de Arte à Educação Artística, até o ensino da Arte chegar às escolas brasileiras. Todavia, hoje, assim como as demais áreas do conhecimento que compõem o currículo da Escola Básica – Matemática, Geografia, História entre outras – a Arte ganhou a própria orientação curricular representada nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Cabe informar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN, são diretrizes elaboradas pelo Ministério da Educação e apresentam cada uma das disciplinas que compõem o currículo escolar da Educação Básica brasileira. O documento não tem força de lei, mas contempla concepções e práticas que definem como essas disciplinas devem ser ministradas nas escolas<sup>1</sup>. Para o presente trabalho, convém ressaltar as várias maneiras que a arte pode se inserir nas escolas.

Professora do Instituto Federal Fluminense (IFF), no município de Campos dos Goytacazes, a autora deste estudo avaliativo ministra aulas da disciplina Arte, no Ensino Médio, e as disciplinas Voz e Expressão e Fundamentos da Arte-Educação nas licenciaturas de Música e Teatro. A profissional iniciou a carreira docente na cidade do Rio de Janeiro em cursos de formação artística profissional, lecionou Arte para alunos do Ensino Fundamental, no interior de Minas Gerais, bem como para estudantes do Ensino Médio em Rondônia. Também ministrou aulas, no curso de licenciatura em Teatro, na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Ao longo dessa trajetória profissional, a autora se deparou com escolas em que o ensino da Arte era pautado na reprodução de atividades culturais, como danças de festas comemorativas, músicas para reuniões de pais, peças de teatro para datas festivas, bem como exposições. A esse respeito, Martins, Picosque e Guerra (1998, p. 12) afirmaram que:

---

<sup>1</sup>Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi homologada pelo governo federal enquanto documento normatizador da educação básica. No entanto, este estudo se valerá dos Parâmetros Curriculares Nacionais como documento orientador, pois são mais completos e sua confecção foi respaldada em ampla discussão com os educadores brasileiros.

Ainda é comum as aulas de arte serem confundidas com lazer, terapia, descanso das aulas “sérias”, o momento para fazer a decoração da escola, as festas, comemorar determinada data cívica, preencher desenhos mimeografados, fazer o presente do Dia dos Pais, pintar o coelho da Páscoa e a árvore de Natal. Memorizam-se algumas “musiquinhas” para fixar conteúdos de ciências, faz-se “teatrinho” para entender os conteúdos de história e “desenhinhos” para aprender a contar.

Essas práticas desconsideram a Arte como área de conhecimento a ser ensinada dentro das escolas, criando o que Barbosa (2015a, p. 17) chamou de “disciplina de Arte como subcomponente”.

É nesse sentido que se pode afirmar que o ensino de Arte – tendo sua trajetória iniciada com as oficinas de arte barroca em 1550, em Minas Gerais (BARBOSA, 2008) – passou por diversas transformações legais e metodológicas, modificou o próprio estatuto acadêmico e se constituiu numa disciplina escolar. Para isso, foi preciso que a disciplina também encontrasse amparo na legislação brasileira.

Essa trajetória não se deu de forma linear, pois, antes da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que entendia a arte dentro da escola como “atividades complementares de iniciação artística” (BRASIL, 1961) o ensino de Arte já estava dentro das escolas em diversos momentos, como o ensino obrigatório do desenho – lei de autoria de Rui Barbosa – e o canto orfeônico de Heitor Villa Lobos, por exemplo. No entanto, com a reformulação da LDB de 1961, em 1971, o ensino de Arte foi considerado como Educação Artística, “atividade educativa” e não disciplina, tratando de maneira indefinida o conhecimento (BRASIL, 1998).

Houve um grande embate político naquele momento, pois os docentes de Arte consideraram que a promulgação da LDB 5.692, em 1971, foi um retrocesso no estatuto acadêmico da disciplina. A destituição do caráter de disciplina para mera atividade educativa é destacado por Fusari e Ferraz (1992, p. 38), por meio do texto do Parecer nº 540/77: “não é uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses”.

Uma das maiores mudanças no estatuto da disciplina aconteceu com a promulgação da LDB nº 9.394 que tornou obrigatório o ensino de Arte na escola (BRASIL, 1996). E, mais recentemente, a legislação a respeito do ensino de Arte de 2016 – promulgada com a reformulação da LDB em 2017 – obriga a oferta das

quatro linguagens artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro em todo o currículo da Educação Básica (BRASIL, 2016).

Cabe salientar que essa mudança de estatuto exige uma regulamentação. Portanto, na medida em que, com a LDB 9394, a arte passa efetivamente a fazer parte do currículo escolar (BATISTA, 2014), foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte, em 1997, que se tornaram um material de referência da prática profissional de muitos professores (PIMENTEL, 2015).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte, que passaram a orientar o ensino de Arte, afirmam que o conhecimento em arte tem uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo esses documentos,

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (BRASIL, 1997, p. 19).

A obrigatoriedade legal do ensino de Arte não garantiu lugar efetivo dentro da escola e o resultado dessas proposições pode ser contraditório e paradoxal (BRASIL, 1998). Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte

A arte na escola já foi considerada matéria, disciplina, atividade, mas sempre mantida à margem das áreas curriculares tidas como mais “nobres”. Esse lugar menos privilegiado corresponde ao desconhecimento, em termos pedagógicos, de como se trabalhar o poder da imagem, do som, do movimento e da percepção estética como fontes de conhecimento. (BRASIL, 1998, p. 26).

De acordo com Gomes e Nogueira (2008), esse “lugar menos privilegiado” do ensino de Arte produz efeitos também na formação e contratação dos docentes. Para as autoras, “a verdade é que a Arte, de uma forma geral, não tem sido valorizada nas escolas como disciplina de importância dentro do processo pedagógico, o que se reflete na contratação de profissionais não ou pouco qualificados” (p. 587).

## 1.2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ARTE

O ensino de Arte também é traduzido como Arte-educação desde o embate político com a promulgação da LDB de 1971. A Federação dos Arte-Educadores do Brasil (FAEB), na tentativa de superar a polivalência dos professores de Arte daquele momento, passou também a chamá-los de Arte-educadores.

A formação dos Arte-educadores, no Brasil, teve início na década de 1950 com o Movimento Escolinhas de Arte, que criou cursos de formação inicial e continuada para professores de Arte. Em 1960, o Curso Intensivo de Arte na Educação, conduzido pela professora Noêmia Varela (BATISTA, 2014), continuou a formar docentes em Arte. Em 1973, após o texto da LDB de 1971, foram criados cursos de licenciatura curta em Educação Artística, com duração de dois anos, pelo Ministério da Educação.

Os professores passam a atuar em todas as linguagens artísticas, independentemente de sua formação e habilitação. Conhecer mais profundamente cada uma das modalidades artísticas, as articulações entre elas e artistas, objetos artísticos e suas histórias não fazia parte de decisões curriculares que regiam a prática educativa em arte nessa época. (BRASIL, 1998, p. 27-28).

Sobre as décadas de 1970 e 1980, Barbosa (2003) comenta que os professores de Arte passaram a praticar a polivalência, pois as quatro linguagens (Artes Plásticas, Dança, Teatro e Música) deveriam ser ensinadas pelo mesmo docente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte relatam que a formação do professor de Arte já era um problema nessas décadas, pois “muitos professores não estavam habilitados e, menos ainda, preparados para o domínio de várias linguagens, que deveriam ser incluídas no conjunto das atividades artísticas (Artes Plásticas, Educação Musical, Artes Cênicas)” (BRASIL, 1998, p. 26).

A década de 1990 foi marcada pela atuação da Federação dos Arte-Educadores do Brasil nas discussões das políticas públicas a respeito do ensino da Arte, pela obrigatoriedade da disciplina Arte em todos os níveis da educação básica e pela criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte.

Segundo dados do Ministério de Cultura, no Brasil, atuam como professores de Arte, nas escolas da rede pública de ensino: 12.285 docentes com formação em Artes Visuais; 7.313 docentes com

formação em Educação Artística; 1.417 docentes com formação em Música; 459 docentes com formação em Teatro e 153 docentes com formação em Dança. (PIMENTEL, 2015, p. 25).

Desde que o ensino da Arte passou a vigorar como área de conhecimento e a ser constituído, por meio das quatro linguagens artísticas, como Artes Visuais, Música, Teatro e Dança (BRASIL, 1998), a polivalência do professor de Arte deu lugar à habilitação em cada uma das quatro linguagens. Os cursos de licenciaturas em Arte ganharam relevância, no cenário educacional, e alguns pareceres, em 2003 e 2007, do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram criados para regulamentação das licenciaturas existentes. Esses pareceres aprovam as competências e habilidades desejáveis para os egressos das licenciaturas em Arte Visuais, Dança, Música e Teatro (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007).

Também foram criados dois programas governamentais com o intuito de atender às exigências da LDB de 1996, que definiu a formação superior dos docentes atuantes na educação básica. A Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, que oferece cursos de licenciatura na modalidade a distância, e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), em 2009, que oferece cursos de licenciatura na modalidade presencial, disponibilizou modalidades nas quatro linguagens artísticas, além de diversas outras licenciaturas (BARRETO, 2015).

Com o fortalecimento da oferta de formação de professores habilitados, em cada uma das quatro linguagens, duas leis trouxeram novos rumos ao ensino de Arte no Brasil. A primeira, Lei nº 11.769/2008, exige que a Música seja conteúdo obrigatório nas escolas e limita três anos letivos para sua adequação (BRASIL, 2008). A segunda, que substitui a primeira e é ainda mais relevante, a Lei nº 13.278/2016, que “as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular” de Arte. Esta lei preconiza que:

O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos. (BRASIL, 2016).

Convém ressaltar que a proposta da Base Nacional Comum Curricular dispõe habilidades e competências para a disciplina Arte. O documento vislumbra as Artes



Visuais, a Dança, a Música e o Teatro como unidades, não preconiza uma formação específica dos professores, por linguagem, e permite que todas as modalidades artísticas sejam lecionadas pelo mesmo docente.

De fato, as estatísticas apontam para a ausência de professores habilitados nas escolas. O Censo Escolar da Educação Básica de 2013 informa a grande defasagem de formação que se encontra nessa disciplina (BRASIL, 2013). Os dados oficiais apontam que somente 14,9% dos professores da disciplina de Arte do Ensino Médio eram licenciados em alguma linguagem artística e que, no Ensino Fundamental, somente 7,7% dos professores de Arte eram licenciados em Arte. Nesse sentido, pode-se pensar que a prática de ensino da disciplina de Arte, nas escolas, está mais ligada às experiências do professor do que à sua formação, ou até mesmo às exigências e determinações dos gestores e das secretarias de educação.

O percurso até aqui descrito revela que o ensino de Arte passou por diferentes legislações e tendências pedagógicas. Porém, conhecer a trajetória, ao longo dos anos, não é suficiente para compreender como a legislação e as tendências pedagógicas têm sido vivenciadas dentro das escolas.

Segundo informações da coordenação do ensino de Arte, em Campos dos Goytacazes, o ensino de Arte passou recentemente por reformulações que incluíram a mudança da coordenadora do ensino de Arte na Secretaria Municipal de Educação. Nessa nova gestão, um novo documento orientador chegou às escolas, o Currículo Mínimo do segundo segmento, que procura trazer orientações didático-pedagógicas para os professores de Arte das escolas da rede municipal. Em que pese o esforço da coordenadora ao divulgar o Currículo Mínimo – criado a partir das orientações e preceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte – a prática pedagógica ainda não alcançou a qualidade desejada. Os problemas estão relacionados à ausência de professores de Arte, em algumas unidades escolares, falta de habilitação específica em Arte de alguns docentes e, ainda, à ausência de atividades didáticas que proporcionem a experimentação de habilidades artísticas e peculiaridades do ensino da Arte, propostos nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998).

A situação descrita não foi ainda objeto de estudos formais que a tratassem de modo global e envolvesse aqueles que são os responsáveis pelo ensino, os

professores de Arte.

### 1.3 OBJETIVO, QUESTÕES AVALIATIVAS E JUSTIFICATIVA

Ao considerar a situação relatada, o objetivo deste estudo foi avaliar o ensino de Arte a partir do que pensam os professores da disciplina de escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Para viabilizar esse objetivo, foram elaboradas as seguintes questões avaliativas:

1) Até que ponto os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão presentes no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes?

2) Até que ponto a regulamentação legal sobre o ensino da Arte orienta a prática docente em escolas municipais de Campos dos Goytacazes?

Pode-se considerar que o ensino da Arte, nas escolas, é fruto de dois fatores: a legislação e as concepções do professor que ensina Arte. Se, por um lado, é a legislação a respeito do ensino da Arte, no Brasil, que estabelece os limites da disciplina dentro das escolas e as concepções, que devem nortear esse ensino, é o professor que transforma essas concepções em práticas escolares.

De todos os documentos oficiais a respeito da Arte-educação, no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998) foram os que mais aproximaram a legislação e a prática dos professores que ensinam Arte dentro das escolas. Por isso, serão utilizados como ferramentas fundamentais desta avaliação.

Os resultados, conclusões e recomendações gerados, no estudo avaliativo, servirão de subsídios para uma profunda reflexão sobre o ensino de Arte, bem como para futuras ações de capacitação no município de Campos dos Goytacazes.

## **2 O ENSINO DE ARTE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

A rede de ensino pública municipal da cidade de Campos dos Goytacazes atende 56.000 alunos e conta com 241 escolas. Dentre as escolas, 80 são creches e 161 oferecem ao Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA). O município atende a diversos distritos em torno da área central e, por isso, possui uma diversidade em relação a cada uma das escolas. São 15 distritos atendidos e, além de escolas rurais, a rede possui escolas dentro de território quilombola. Algumas escolas ocupam os prédios dos antigos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) e construções antigas de escolas estaduais que foram municipalizadas (PEREIRA, 2017).

A gestão do funcionamento das escolas é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que conta com um Subsecretário Pedagógico – em 2017 acumulava interinamente a função de Secretário de Educação – e diversos coordenadores de áreas. Esses profissionais são alocados de acordo com a área do conhecimento em que atuam, sendo um coordenador de área de cada disciplina para o Ensino Fundamental I e outro para o Ensino Fundamental II e EJA.

Como o foco deste estudo avaliativo está ligado ao Ensino Fundamental II, foi realizada uma entrevista junto à Coordenadora de Arte do referido segmento, na Secretaria de Educação, para coletar informações sobre as escolas e o ensino de Arte no município de Campos dos Goytacazes, segundo as dimensões deste estudo avaliativo.

### **2.1 ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ARTE**

De acordo com a Coordenadora de Arte, a realidade da infraestrutura das escolas municipais está em processo de reestruturação pela Prefeitura e algumas delas estão passando por processo de reforma nos espaços físicos. A mencionada profissional afirma que não há espaço físico adequado, em todas as escolas, para o desenvolvimento das aulas de Arte, porém algumas unidades têm sala específica para Arte ou auditórios para a realização das aulas.

O município disponibiliza duas coleções de livros didáticos de Arte, recebidos do governo federal, às escolas e professores. Há, ainda, outros materiais didáticos

que podem ser solicitados pelas direções das escolas à coordenação da área.

Em maneira geral, no início do ano os professores pedem algum tipo de material que queiram tipo tinta, cartolina, pincel e eles conseguem. É claro que não é da forma ideal, nem na quantidade que todos desejam, mas existe a possibilidade de conseguir esses materiais. (PEREIRA, 2017).

No que diz respeito à oferta de aulas de Arte aos alunos do Ensino Fundamental II, nem todos são atendidos, devido à carência de professores de Arte no município. Hoje, a rede possui 49 professores de Arte, dentre concursados e contratados, que atendem 161 escolas do segundo segmento.

O último concurso para professores foi em 2014 e a Coordenadora de Arte esclarece que não havia especificação para formação em alguma das quatro linguagens artísticas, podendo o candidato ser habilitado em qualquer uma das áreas. “A maioria dos professores da rede é formado em Artes Visuais, porque em Campos, até pouco tempo, a única faculdade de Arte que tinha, era uma faculdade particular de Artes Visuais” (PEREIRA, 2017).

Além da Licenciatura em Artes Visuais oferecida em duas faculdades particulares (uma presencial e uma a distância), a cidade conta com as Licenciaturas presenciais em Música e em Teatro pela rede pública federal, e a Licenciatura em Música, a distância, de uma instituição particular. Os novos cursos das instituições públicas são recentes e ainda não formaram turmas até 2017. A Coordenadora do ensino de Arte dos 6º ao 9º ano aponta duas ações paliativas para resolver o problema da carência de professores de Arte no município: a contratação de novos professores a partir de um processo seletivo ou a duplicação da carga horária dos docentes concursados. Segundo Pereira (2017), quase todos os concursados optam por adotar essas 40 horas semanais.

Cada docente deve estar 16 horas, em sala de aula, e planejar as aulas no restante das quatro horas, para completar a carga horária de 20 horas semanais. Para auxiliar na elaboração do planejamento, a Secretaria emitiu dois documentos: as Diretrizes Curriculares e o Planejamento de Aulas do ano letivo. As Diretrizes definem os objetivos das aulas, são atualizados de três em três anos devido à adoção de novos livros didáticos e são confeccionados a partir das definições dos Parâmetros Curriculares Nacionais. De acordo com Pereira (2017), as Diretrizes

Curriculares Municipais e o Planejamento Anual são documentos que se complementam e é a partir deles que o professor planeja suas atividades.

Quanto à avaliação da disciplina de Arte, a Coordenadora afirma que não há imposição alguma da Secretaria de Educação para que os professores uniformizem as atividades avaliativas. No entanto, Pereira (2017) diz que “o processo de avaliação ainda é acreditado por muitos professores como o tradicional. Eles gostam de prova, isso é uma realidade da rede”. Já a reprovação na rede municipal de ensino na cidade de Campos dos Goytacazes acontece quando o aluno do Ensino Fundamental II não obtém aproveitamento em três ou mais disciplinas e, por isso, não há reprovação exclusiva na disciplina de Arte.

## 2.2 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O ENSINO DE ARTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS

Os Programas Políticos Pedagógicos presentes em cada uma das escolas do município de Campos dos Goytacazes estão defasados em dois anos, segundo Pereira (2017). Por isso, foi criada uma comissão pedagógica, dentro da Secretaria Municipal de Educação, para atualizar estes documentos. A intenção, segundo a Coordenadora do segundo segmento, é de que o ensino de Arte seja contemplado de maneira mais efetiva mediante à reformulação desses Programas.

Vale ressaltar que, na tentativa de dinamizar o ensino de Arte no município, foi criado o Currículo Mínimo de Arte para o Ensino Fundamental II. Para essa construção, a Prefeitura criou parcerias com professores do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Norte Fluminense, por meio do Polo de Arte na Escola. Nas palavras da Coordenadora:

Houve um pensamento coletivo, a secretaria permitiu que houvesse esse diálogo com esses outros profissionais, vez que na rede não temos profissionais suficientes de todas as linguagens. Só que, esse currículo foi apresentado aos professores como forma de proposta, eles tiveram um tempo para examinar o documento e votaram a favor do uso desse currículo. Não foi imposto. Houve essa participação, de certa forma, coletivamente. (PEREIRA, 2017).

O novo Currículo de Arte do segundo segmento contempla as quatro linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e foi confeccionado a

partir dos preceitos de ensino-aprendizagem propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte. De acordo com Pereira (2017), esse é um importante passo para que não mais exista o “professor polivalente de Arte” no município. Para ela, algumas pessoas têm uma visão ainda equivocada a respeito do professor de Arte e, “alguns professores formados em Artes Visuais na cidade – é uma crítica construtiva, não estou falando mal da universidade em si – mas eles saem achando que podem dar aulas de qualquer uma das linguagens”.

Há uma tentativa de construção de uma nova realidade a respeito do ensino de Arte no município e, apesar do apoio do secretário de educação, não tem sido uma tarefa fácil. Pereira (2017) informa que os professores estranharam muito a proposta do currículo mínimo, mesmo que ele contemple o que já consta na legislação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte.

O professor de Arte assumiu aquele papel que ele dá matéria de História da Arte. Então assim, quando a gente apresentou o novo currículo, foi um caos. Tem professora que virou pra mim e falou assim: “eu não sei o que fazer, porque aqui você está mandando ó, ‘reconhecer a Arte em suas diversas linguagens por meio das sensações e expressões corporais’, eu não tenho texto que fale sobre isso. O que que eu vou botar eles pra copiarem”?

Diante dessa realidade, a Coordenadora do ensino de Arte do Ensino Fundamental II aponta que a prioridade dos trabalhos, portanto, é a conscientização do professor de Arte do município. De dois em dois meses acontecem cursos de capacitação junto a esses professores. Trata-se de uma maneira de eles compreenderem melhor a prática pedagógica do ensino da Arte. Três dessas capacitações aconteceram, em parceria, com o Polo Arte na Escola da UENF, e com o Instituto Federal Fluminense, esclarece Pereira (2017).

Outra ação realizada pela Secretaria de Educação e que visa à melhoria do ensino de Arte no município é a “realocação” de professores não formados em Arte e que acabam por lecionarem a disciplina. A Prefeitura, inclusive, publicou uma diretriz exigindo que o professor da disciplina Arte fosse licenciado em alguma das quatro linguagens artísticas.

Dessa maneira, os docentes habilitados em outra área do conhecimento, ou até mesmo os técnicos concursados para a vaga de animador cultural não assumem a disciplina Arte. Segundo a Coordenadora, essa era uma prática utilizada, nas

escolas municipais da cidade de Campos, mas que, com muita cautela, tem sido modificada ao longo dos meses de 2017.

Por exemplo, eram professores de Português que tinha um curso de piano e aí não tinha quem desse aula de Arte e ele montou um coral na escola e isso virou aula de Arte. Por muitos anos isso acontecia. Então, assim, esse ano a diretriz já saiu falando que os professores de Arte têm que ser formados em uma das linguagens. Então, já houve uma mudança estrutural muito grande com relação a isso. E isso também gerou muito mais carência, porque era uma carência que já existia só que era mascarada por esses profissionais. Então, teoricamente, todas as unidades tinham algum projeto em relação à Arte mas quando a gente foi ver, de fato, não era aula de Arte. (PEREIRA, 2017).

Para suprir a ausência de docentes em Arte, a Coordenadora do ensino de Arte aponta um novo concurso que deve ser realizado no ano de 2018. Ela afirma que o edital contará com vagas específicas em uma das quatro linguagens artísticas, para que haja uma diversidade entre os professores aprovados.

Além das ações apontadas, os Coordenadores de ensino de cada uma das áreas do conhecimento (Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, por exemplo) trabalham em parceria. Eles dividem a mesma mesa de trabalho, o que permite a tomada de decisões coletiva e a fomentação da interdisciplinaridade dentro das escolas.

Em suma, procurou-se descrever o panorama geral do ensino de Arte no município de Campos destacando alguns dados quantitativos, bem como características e informações pertinentes, que servissem de “pano de fundo” para esse estudo avaliativo.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos utilizados, nesta avaliação, serão apresentados a seguir: a abordagem avaliativa, as categorias e indicadores utilizados para estruturar o instrumento do estudo, o processo de construção e validação do instrumento, a realização do trabalho de campos bem como a análise dos dados.

#### **3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA**

Neste estudo avaliativo, foi adotada a abordagem centrada em especialistas. Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004). O objetivo desse tipo de abordagem é medir a qualidade de uma atividade por meio do parecer de especialistas. Nesse sentido, os professores de escolas municipais foram escolhidos como especialistas desta avaliação, cujo objetivo é avaliar o ensino de Arte nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Na medida em que o objeto de tal avaliação é o ensino de Arte, é o professor que transforma as determinações legais – como os Parâmetros Curriculares Nacionais e outras regulamentações – em práticas escolares.

Para Campos e Andion (2011, p. 6-7), esse modelo de abordagem avaliativa busca “oferecer julgamentos profissionais adequados e têm como características principais o fato de se basearem em juízos emanados dos conhecimentos e experiências profissionais buscando padrões consensuais”. Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 179) “a abordagem da avaliação centrada em especialistas, talvez a mais antiga e a mais usada, depende basicamente dos conhecimentos específicos de um profissional para julgar uma instituição, um programa, um produto ou uma atividade”. Portanto, a utilização da abordagem avaliativa centrada em especialistas se justifica, na medida em que este estudo pretende gerar informações relevantes a respeito do ensino de Arte da cidade de Campos dos Goytacazes.

#### **3.2 CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DO ESTUDO**

##### **3.2.1 Definição de categorias e indicadores**

A etapa inicial para a construção do instrumento do estudo foi a definição das categorias e dos indicadores desta avaliação. Nessa etapa, os Parâmetros



Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998) foram a principal referência utilizada.

Cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 2017) também norteou a criação de indicadores. Foi realizada ainda uma entrevista com a Coordenadora do Ensino de Arte do segundo segmento, da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, que tanto contribuiu para o entendimento da organização, estrutura, e do funcionamento do ensino de Arte no município, quanto para a construção de indicadores.

Quadro 1 - Categorias e indicadores para elaboração do instrumento

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
Aspectos materiais	Espaço físico para aulas de Arte Materiais didáticos para aulas de Arte
Aspectos metodológicos	Referências artísticas Atividades propostas aos alunos Inter-relação com outras disciplinas Projetos extracurriculares em Arte Avaliação em Arte
Aspectos pedagógicos	Aprendizagem em Arte Ensino de Arte Três eixos de aprendizagem Formação continuada
Aspectos legais	Currículo mínimo Obrigatoriedade do ensino da Arte Quatro linguagens artísticas no ensino da Arte

Fonte: A autora (2017).

A primeira categoria do estudo, Aspectos materiais, trata dos recursos que o professor de Arte necessita para trabalhar a disciplina. Os dois indicadores dessa categoria, Espaço físico para aulas de Arte e Materiais didáticos para aulas de Arte, justificam-se na medida em que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 30) atestam que é preciso “material adequado para as práticas artísticas e material didático de qualidade para dar suporte às aulas”.

A segunda categoria, Aspectos metodológicos, gerou seis indicadores. O indicador Referências artísticas está respaldado na afirmação dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte ao preconizar a interação dos alunos com produções artísticas:

Aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística pelos alunos, mas também compreender o que os outros fazem, pelo desenvolvimento da percepção estética, no contato com o fenômeno artístico visto como objeto de cultura na história humana e como conjunto de relações. (BRASIL, 1998, p. 43).

O segundo indicador, Atividades propostas aos alunos, encontra apoio nos

Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998) na medida em que valorizam atividades individuais e coletivas, práticas e teóricas para as aulas de Arte. O terceiro indicador, Três eixos de aprendizagem, diz respeito aos princípios norteadores apontados nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998), que os alunos devem experimentar ao longo da disciplina: produzir, apreciar e contextualizar arte. Esses eixos são de suma importância para o desenvolvimento das aulas e “as propostas realizadas pelo professor para concretizar situações de aprendizagem precisam combinar momentos em que o aluno realiza tarefas – fazendo, fruindo e contextualizando arte” (BRASIL, 1998, p. 47).

O quarto e o quinto indicadores dessa categoria, Inter-relação com outras disciplinas e Projetos extracurriculares em Arte, justificam-se, pois “as relações de ensino-aprendizagem de Arte não acontecem no vazio, mas sempre se ligam a determinado espaço cultural, tempo histórico e as condições particulares” (BRASIL, 1998, p. 49). O sexto indicador, Avaliação em Arte, encontra respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 55) quando afirmam que:

Uma situação de aprendizagem pode consolidar uma situação de avaliação e o inverso também é verdadeiro. A avaliação em arte constitui uma situação de aprendizagem em que o aluno pode verificar o que aprendeu, retrabalhar os conteúdos, assim como o professor pode avaliar como ensinou e o que seus alunos aprenderam.

A terceira categoria, Aspectos pedagógicos, tem dois indicadores: Aprendizagem em Arte e Ensino em Arte. Essa categoria pretende avaliar como as concepções da aprendizagem e do ensino de Arte são percebidas pelos docentes, pois os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 25) mencionam que, com as novas orientações do ensino Arte, é possível observar “mudanças nas ações pedagógicas de arte de muitos professores”.

A quarta categoria, nomeada de Aspectos legais, contém indicadores construídos a partir dos documentos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998) e Lei de Diretrizes e Bases (2017). O indicador Currículo mínimo tem o objetivo de compreender como se dá a inserção do Currículo, no ensino de Arte campista, e foi criado após entrevista com a Coordenadora de Arte do município de Campos (2017).

Cabe esclarecer que o Currículo mínimo de Arte para o segundo segmento e

o EJA foi proposto pela secretaria de educação da cidade. De fato, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 49) afirmam que é possível que “as escolas criem seus desenhos curriculares com liberdade, levando em consideração seu contexto educacional”.

Para os segundo e terceiro indicadores, Obrigatoriedade do ensino de Arte e Quatro linguagens artísticas no ensino de Arte, foi utilizada a Lei de Diretrizes e Bases (2017), o qual passou a incluir em seu texto a Lei nº 13.278/2016, que trata da obrigatoriedade da oferta das quatro linguagens artísticas, na educação básica brasileira, e os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (1998), que já comentavam a legislação do ensino de Arte nas escolas brasileiras.

Após muitos debates e manifestações de educadores, a atual legislação educacional brasileira reconhece a importância da arte na formação e desenvolvimento de crianças e jovens, incluindo-a como componente curricular obrigatório da educação básica. No ensino fundamental a Arte passa a vigorar como área de conhecimento e trabalho com as várias linguagens e visa à formação artística e estética dos alunos. A área de Arte, assim constituída, refere-se às linguagens artísticas, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. (BRASIL, 1998, p. 19).

### **3.2.2 Construção e validação do instrumento**

O instrumento utilizado para a coleta dos dados deste estudo avaliativo foi um roteiro de entrevista. Por meio da aplicação do mesmo, foi possível conhecer os pontos de vista dos professores do ensino de Arte do município de Campos dos Goytacazes e sua prática nas escolas. De acordo com Minayo e Sanches (1993, p. 244), a abordagem qualitativa

Realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Sá Earp e Hildenbrand (2014) afirmam que a entrevista é uma das principais aliadas da avaliação qualitativa, indicada quando o propósito do estudo é conhecer concepções, percepções, opiniões, explicações e outros dados subjetivos.

Os indicadores nortearam a construção das questões do roteiro de entrevista.

Também foram criados alguns itens capazes de apresentar os dados pessoais e a formação profissional dos respondentes. Para a criação do roteiro de entrevista destinado aos professores, a autora deste estudo utilizou como base os preceitos e indicações dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte, a legislação sobre o ensino da Arte, que faz parte do conjunto de Leis de Diretrizes e Bases, além de uma entrevista com a Coordenadora de Arte do segundo segmento e EJA da rede municipal de ensino de Campos.

Posteriormente, o roteiro de entrevista foi validado por duas especialistas. A primeira, especialista em avaliação da Faculdade Cesgranrio, e a segunda, especialista em ensino de Arte do Instituto Federal Fluminense. Ambas verificaram a pertinência e a clareza das questões apresentadas no instrumento. A sugestão da primeira especialista, para a inclusão de uma questão sobre o material trazido pelos alunos, foi incorporada.

O roteiro final da entrevista apresenta 40 questões subdivididas em: Dados pessoais, Formação profissional, Orientações didático-pedagógicas municipais para o ensino de Arte, Prática docente, Ensino-aprendizagem, Avaliação em Arte, Concepções pedagógicas e Regulamentação legal.

### 3.3 APLICAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os respondentes foram definidos a partir da indicação feita por representante da Secretaria Municipal de Educação de Campos. A Coordenadora do ensino de Arte do segundo segmento e EJA comunicou aos professores que a autora da avaliação entraria em contato com cada um deles e, em seguida, forneceu o contato dos professores a serem entrevistados. Outro canal de comunicação com os professores foi um encontro de capacitação realizado na Casa de Cultura Vila Maria, prédio da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). O encontro, voltado para os professores de Arte do segundo segmento e EJA do município, contou com a participação de professores de Arte da rede, da Coordenadora do ensino de Arte e de professoras convidadas.

Após o contato telefônico da autora com os indicados, chegou-se a um conjunto de 8 respondentes. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2017 a janeiro de 2018, em local e dia de preferência do entrevistado:

É importante que o avaliador/pesquisador esteja atento à escolha do espaço em que a entrevista irá acontecer. De preferência, que seja realizada em local que entrevistado e entrevistador fiquem sozinhos e à vontade, pois entrevistas incluem depoimentos, relatos, emoções, confidências e assuntos pessoais, que precisam ser resguardados. (SÁ EARP; HILBENBRAND, 2016, p. 84).

Das oito entrevistas, quatro aconteceram em escolas da rede pública; duas em cafés/lanchonetes escolhidos pelos entrevistados, uma foi realizada em dependências da Secretaria de Educação e outra, na própria residência do entrevistado. Os entrevistados tomaram conhecimento prévio do tempo de duração da entrevista e do compromisso com o sigilo da autoria dos dados fornecidos, além de autorizarem a gravação em áudio das perguntas e respostas. O tempo de duração das entrevistas variou de uma a duas horas.

Ao utilizar a entrevista como instrumento de coleta de dados, a autora levou em consideração os pressupostos de Bodgan e Bicklen (1994, p. 73) para sua realização, especialmente no que diz respeito à interação entre o respondente e o avaliador.

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise dos dados coletados, neste estudo, foi preciso seguir os seguintes passos: transcrição integral das entrevistas, leitura flutuante do material, descoberta de evidências que se relacionassem com as categorias e indicadores do estudo e análise das evidências. A leitura de todo o material transcrito foi fundamental para que houvesse, ao mesmo tempo, uma compreensão geral dos relatos, bem como da particularidade de cada um dos professores entrevistados.

A categorização seguiu a definição de Gomes (2007), que determina que as categorias sejam exaustivas, de forma a abarcar todo o material analisado; exclusivas, no sentido de que um determinado aspecto do material não possa ser

classificado em mais de uma categoria e adequadas, de maneira que a categorização seja pertinente ao conteúdo e aos objetivos do estudo.

A criação das categorias se deu a partir dos indicadores. Entretanto, algumas subcategorias surgiram da própria análise. “Os códigos categorizam a informação em diferentes níveis. Os códigos principais são mais gerais e abrangentes. Os subcódigos dividem os códigos principais em categorias mais pequenas” (BODGAN; BICKLEN, 1994, p. 234). A análise em cada categoria foi orientada no sentido da busca de semelhanças, contradições e originalidade nas respostas dos entrevistados às questões do roteiro.

Para a análise desses dados foi utilizado o programa Atlas.ti como ferramenta de dinamização e apoio ao estudo. Segundo Kluber (2014), o *software* Atlas.ti foi idealizado, exclusivamente, para a análise de dados qualitativos. A primeira edição comercial foi lançada, em 1993, na Bélgica e, desde então, passou a ser utilizado em diferentes áreas do conhecimento, especialmente por pesquisadores, que se valem da análise de conteúdo. No entanto, Lage e Godoy (2008, p. 96) afirmam que:

A ferramenta é um recurso que pode, se bem utilizado, facilitar o gerenciamento dos arquivos, agilizar a codificação e busca de respostas, além de facilitar a comunicação. Mas quem decide o que fazer, quando fazer e por que fazer continua sendo o pesquisador.

Nesse sentido, as entrevistas foram analisadas e o *software* serviu não só para codificar os relatos, como também para buscar fragmentos das falas codificadas, de maneira que fosse possível relacioná-las, permitindo gerenciar melhor todo o processo da construção das categorias.

## 4 RESULTADOS

Os resultados da análise dos dados estão organizados em cinco seções. A primeira descreve o perfil dos respondentes do estudo e as demais foram organizadas segundo as categorias: Aspectos materiais, Aspectos metodológicos, Aspectos pedagógicos e Aspectos legais.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

O estudo contou com a participação de oito professores: 7 mulheres e 1 homem. Esses especialistas têm idade compreendida entre 25 e 64 anos. A faixa etária acima dos 50 anos de três professoras e o pouco tempo de docência em Arte do trio podem se justificar por suas formações anteriores. E1 e E4 possuíam formação diferenciada e optaram pela docência em Arte tardiamente.

Quadro 2 - Idade, sexo, tempo de formação, tempo de docência e forma de ingresso

	<b>Idade (Anos)</b>	<b>Sexo</b>	<b>Tempo de Formação em Arte</b>	<b>Tempo de Docência na Rede</b>	<b>Forma de Ingresso na Rede</b>
<b>E1</b>	53	Mulher	4 anos	2 anos	Contrato
<b>E2</b>	36	Mulher	5 anos	5 anos	Concurso
<b>E3</b>	25	Homem	4 anos	2 anos	Contrato
<b>E4</b>	57	Mulher	13 anos	13 anos	Concurso
<b>E5</b>	39	Mulher	14 anos	14 anos	Concurso
<b>E6</b>	35	Mulher	7 anos	6 anos	Contrato e Concurso
<b>E7</b>	28	Mulher	5 anos	2 anos	Contrato
<b>E8</b>	64	Mulher	14 anos	13 anos	Concurso

Fonte: A autora (2018).

Há também uma grande variação quanto ao tempo de docência dos professores na rede municipal. Pode-se perceber que há um grupo de docentes com 13 e 14 anos de rede (E4, E5 e E8), outro grupo com cinco e seis anos de docência na rede (E2 e E6) e, ainda, três professores com dois anos de trabalho no município (E1, E3 e E7).

Essa variação pode estar ligada à oferta de concursos na cidade de Campos ou à forma de ingresso desses professores na rede municipal de ensino. Os professores, que possuem dois anos de docência na rede, são contratados pelo município de Campos e não concursados.

Quadro 3 - Formação acadêmica

	<b>Formação</b>	<b>Pós-Graduação</b>
<b>E1</b>	Pedagogia e Licenciatura em Artes Visuais	-
<b>E2</b>	Licenciatura em Artes Visuais	Pós-graduação em Arte Terapia
<b>E3</b>	Licenciatura em Música	-
<b>E4</b>	Bacharelado em Desenho Industrial e Licenciatura em Artes Visuais	Pós-graduação em Ensino de Arte e Pós-graduação em Paisagismo e Plantas Ornamentais
<b>E5</b>	Licenciatura em Música	Mestrado em Políticas Sociais e Doutoranda em Políticas Sociais
<b>E6</b>	Licenciatura em Artes Visuais	Mestrado em Planejamento Regional e Gestão das Cidades
<b>E7</b>	Licenciatura em Música	-
<b>E8</b>	Formação de professores (Magistério) e Normal Superior	-

Fonte: A autora (2018).

A metade dos respondentes tem algum tipo de pós-graduação, no entanto Arte foi a área escolhida por somente duas professoras. Duas professoras possuem mestrado e uma delas está cursando um doutorado.

Deve-se destacar que quase todos os professores entrevistados possuem formação específica, na área de Arte, exceto uma professora que relata sua formação: “Em 1985, me formei para professora com o curso de formação de professor e em 2003 me formei no Normal Superior” (E8).

Quadro 4 - Número de turmas e número de alunos

	<b>Turmas</b>	<b>Alunos</b>
<b>E1</b>	8	300
<b>E2</b>	13	400
<b>E3</b>	10	250
<b>E4</b>	8	200
<b>E5</b>	6	180
<b>E6</b>	12	360
<b>E7</b>	8	280
<b>E8</b>	13	200

Fonte: A autora (2018).

Importante destacar que os 8 respondentes deste estudo lecionam para quase 2.200 alunos, distribuídos em 78 turmas do segundo segmento e EJA.



## 4.2 ASPECTOS MATERIAIS

A primeira categoria - Aspectos materiais - foi contemplada em 4 questões do instrumento avaliativo. A questão 17 diz respeito ao indicador Espaço físico para aulas de Arte e as questões 18, 19 e 20, ao indicador Materiais didáticos para aulas de Arte. Cabe ressaltar que questões sobre esse assunto estão apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 47) quando tratam dos “Objetivos gerais do ensino de Arte”. Segundo os PCN/Arte (BRASIL, 1998, p. 48):

O ensino de Arte deverá organizar-se de modo que, ao longo do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), de modo que os utilize nos trabalhos pessoais, identifique-os e interprete-os na apreciação e contextualize-os culturalmente.

### 4.2.1 Espaço físico para aulas de Arte

Segundo os entrevistados, não existe espaço físico próprio para as aulas de Arte nas escolas: “Bem, as salas de aulas são as salas comuns e hoje elas estão muito mal conservadas” (E4); “Não tenho. Nenhuma escola tem. É muito difícil. É péssimo isso” (E8).

Alguns professores consideram que o auditório é um espaço adequado para as aulas de Arte. Entretanto, as falas evidenciam que os auditórios não estão em condição de uso, seja pela má conservação ou porque passaram a ter outra função: “Não tem muito espaço não. Tem um auditório em uma escola, mas é uma escola que tá toda quebrada” (E2); “Tínhamos um auditório maravilhoso, mas depois o auditório se transformou em sala de recurso. Uma pena, mas foi uma exigência do governo e tiveram que acabar com o nosso auditório” (E5).

Algumas professoras descrevem como seria um espaço físico ideal para as aulas de Arte: “Agora me diz, como é que eu vou utilizar uma pintura, alguma coisa que requer um ateliê, uma pia com água? Eu não tenho nada disso. Eu tenho a sala de aula, no horário da aula” (E1)

Pra começo de conversa deveria ter uma sala de arte. É um sonho, lógico. Pelo menos uma sala com uma pia, com uma mesa grande, ou um local em que o professor não precise sair e os alunos é que vão ao encontro do professor. (E2).

#### 4.2.2 Materiais didáticos para aulas de Arte

Os professores descreveram os materiais didáticos que utilizam para o ensino de Arte. As falas indicam que tais materiais utilizados pelos professores para as aulas de Arte são próprios ou fornecidos pela secretaria. Todas as falas trazem evidências de um “kit” distribuído pela secretaria aos professores, em 2017:

A coordenadora fez um kit com o que deu, que foram três ou quatro caixas de lápis de cor, uma tesoura, régua, duas canetas, uns três lápis, uma bisnaga de tinta guache com cinco tintas, uma folha de EVA e uma folha de cartolina. (E3).

Todos os professores apontaram para a insuficiência do material recebido durante o ano letivo: “A reclamação é geral dos professores, mas nós sabemos que a fase tá difícil. Teve só o kit mesmo” (E7); “Esse ano, por exemplo, tá péssimo de material. Recebemos só um kit da secretaria” (E8).

A escassez do material recebido pela secretaria, ou mesmo o disponibilizado pelas escolas, leva os professores, muitas vezes, a usarem o próprio material didático para as aulas. Os materiais são para os alunos produzirem suas impressões e expressões artísticas, assim como para que o próprio professor lecione o conteúdo: “O que eu faço é trazer, às vezes, alguma coisa de casa. Trazer meu notebook, trazer a minha caixinha de som pra passar alguma coisa, entendeu” (E1); “Às vezes, eu compro do meu bolso também. Eu compro pra fazer dar certo, porque o máximo que eu consigo é lápis de cor e olhe lá” (E3);

Eu tenho duas caixas com material que eu levo pra escola pra conseguir trabalhar. Mas é um material meu, que eu comprei. Eu não quero trabalho na folha do caderno. Aí eu tenho que levar o papel, por exemplo. (E6).

Os professores relatam que gostariam de receber mais materiais didáticos por parte da secretaria; ainda que os solicitem, os pedidos são raramente atendidos: “O que eu pedi eu consegui. Os alunos queriam muito ter aula de teclados, mas aí eu iria precisar de uma sala com muitos teclados. Eu nunca pedi isso. Imagina” (E5);

Eu ando tão cansada que nem peço mais. Porque, se você pede uma cartolina, por exemplo, eles vão te dar duas folhas de cartolina. O que é que eu faço com duas folhas de cartolina? Aí eu já compro e fica tudo certo. (E6).

A falta de espaço físico e de materiais adequados são dados relevantes relacionados a essa categoria, uma vez que apareceu na fala da maioria dos professores entrevistados: “Então, uma das minhas dificuldades é na questão da prática. Não tem espaço pra fazer, nem material pra usar. É a falta de possibilidade de você trabalhar essa parte aí da prática” (E1),

Agora, essa questão de não ter um local específico, que os alunos possam vir ao seu encontro e não ter os equipamentos, uma sala preparada pra isso é o que mais dificulta. Porque eu acho que se tivesse isso a coisa ia ser muito melhor. Então a maior dificuldade é não ter as ferramentas dentro da escola. É um material, uma folha que você precisa. Porque, às vezes, nem folha tem. (E2).

Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais não cite o livro didático de Arte, especificamente, a rede pública de Campos recebe livros didáticos para utilização nas aulas da disciplina. No caso da Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes, a Coordenadora informou: “tem o livro didático que foi mandado pelo governo federal. E vieram dois exemplares diferentes. São duas coleções diferentes” (PEREIRA, 2017). A maioria dos entrevistados considera o livro didático um recurso importante para as aulas de Arte: “Uso o livro que foi dado pela secretaria de educação. Até que foi uma coisa muito boa, todo aluno tem o livro, de todas as séries” (E1); “O livro eu usei. Tem turma que eu usei mais, tem turma que eu usei menos. Pra mim, o livro auxilia bastante” (E3).

Os docentes que não utilizaram ou pouco utilizaram o livro didático em suas aulas explicam suas razões: “De vez em quando. Quando eu quero trabalhar alguma coisa que tá fora das Artes Visuais, eu uso o livro” (E6); “Utilizo dentro do possível. Os alunos não gostam de carregar os livros. Imagina, é muito peso pra carregar” (E7).

Deve-se destacar a atitude de uma docente que descreve sua dificuldade em usar o livro didático de Artes fazendo alusão ao fato de escolas diferentes adotarem livros didáticos diferentes. Nesse caso, as dificuldades não estariam nos livros e sim

na própria gerência da professora em relação a essa diversidade.

Utilizei até junho. Um transtorno. Porque eu trabalho em duas escolas e cada uma é um livro diferente. Pra mim foi uma dificuldade enorme, porque o que eu dava pra uns eu não estava dando pra outros. Aí eu decidi parar de usar os livros. Tem uma escola que os livros ficam na escola e na outra os alunos receberam. (E2).

Deve ser destacada também a fala de dois professores que afirmam utilizar o livro didático como referência artística para suas aulas: “Eu usei bastante material do livro mesmo e lá ele cita bastante artista” (E3); “E ainda tem imagens no livro didático deles. Mesmo que eu não use o livro, o aluno tem a curiosidade de ver” (E4).

#### 4.3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A categoria Aspectos metodológicos contempla 7 questões do instrumento avaliativo. As questões 21, 22, 23, 25, 26, 27 a 28 foram o caminho escolhido para conhecer como as práticas metodológicas do ensino de Arte têm sido desenvolvidas nas escolas do município de Campos. Isso se dá porque os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 28) dizem respeito à abordagem prática e afirmam que:

As escolas brasileiras têm integrado às suas práticas as tendências ocorridas ao longo da história do ensino de arte em outras partes do mundo. Entre as várias propostas disseminadas no Brasil, na transição para o século XXI, destacam-se aquelas que se têm afirmado pela abrangência e por envolver ações que, sem dúvida, estão interferindo na melhoria da aprendizagem e do ensino de arte.

##### 4.3.1 Referências artísticas

A respeito do indicador Referências artísticas, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 46) afirmam que “o objeto de estudo e de conhecimento de arte é a própria arte e o aluno tem de se confrontar com a arte nas situações de aprendizagem” e que, para aprender arte, o aluno precisa realizar interações:

- com pessoas que trazem informações para o processo de aprendizagem (outros alunos, professores, artistas, especialistas);
- com obras de arte (acervos, mostras, apresentações, espetáculos);
- com motivações próprias e do entorno cultural;
- com fontes de informação e comunicação (reproduções, textos, vídeos, gravações, rádio, televisão, discos, internet);
- com os próprios trabalhos e os dos colegas. (BRASIL, 1998, p. 44).

A maioria dos entrevistados relata que as referências utilizadas vêm de imagens impressas ou digitais. Um dado interessante é que as imagens impressas podem vir também de outros livros e de materiais dos próprios professores: “Eu usei bastante material do livro mesmo e lá ele cita bastante artista” (E3); “Eu tenho bastante coisa e levo o meu material mesmo e eles gostam dos livros. Eu levo um livro e ele roda a sala toda” (E4),

Eu levo tudo no computador ou impresso. Tenho uma caixa na minha casa com várias obras. E é esse material que eu uso nas duas escolas. O livro tem algumas imagens também e dá pra usar. (E6).

Alguns professores relatam que recorrem à *internet* para selecionar as referências artísticas oferecidas para seus alunos. A rede é citada como fonte de imagens que podem ser levadas para a sala de aula: “Geralmente eu trabalho muito com imagens. Então eu levo no papel, ou tiro da *internet* e mostro” (E5); “E levo alguma coisa da internet também. Eu recorro muito à *internet*” (E7).

A intensidade, nas falas de professores, sinalizando o trabalho com imagens, em sala de aula, e o número elevado de relatos de atividades ligadas às Artes Visuais podem ser explicados pela formação acadêmica dos referidos profissionais, já que a metade dos entrevistados é licenciada em Artes Visuais (E1, E2, E4 e E6).

Os professores também levam as referências artísticas a partir de vídeos e utilizam, especialmente, a música. Eles relatam que o recurso musical contribui para que os alunos possam apreciar música em sala de aula:

Em música, eu fiz referência em escutar mesmo a música, às vezes eu levava violão e fazia a música. E dessa música eu tirava pra eles interpretarem o que eles entenderam da música...coisas em relação a isso pra eles conhecerem alguma coisa a mais. (E3);

“Então eu trabalho muito com vídeos, com imagens e com música. Levo o repertório pra eles ouvirem também” (E5).

Referenciar arte, em sala de aula, a partir da realidade dos alunos é de extrema relevância ao ensino de Arte e está contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 32) quando afirmam que “a arte não representa ou apenas reflete a realidade, mas é também realidade percebida, imaginada, idealizada, abstraída” e que “o artista desafia as coisas como são para revelar como poderiam ser, segundo um certo modo de significar o mundo”. Nesse sentido, cabe destacar um relato de um professor:

Eu procuro selecionar artistas dentro de temas que estejam mais próximos da realidade dos alunos. Não vou pegar coisas que não fazem sentido para os alunos, né. Porque, senão, eles não vão ter incentivo nenhum. Então, eu tento aproximar ao cotidiano dos alunos. (E2).

Uma entrevistada relatou que não segue os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte quanto às referências artísticas: “Se eu quero seguir como os PCN falam, acervos, espaços. Não tem, isso não tem nem como. Tem sempre uma dificuldade” (E1). Outra professora se queixou em relação à quantidade do material de referência presente, nas escolas municipais, como evidenciado em sua fala: “Na prefeitura, tem muito pouco material” (E4).

Este estudo avaliativo também questionou os docentes a respeito de como chegam até eles as referências artísticas, na medida em que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (1998) reconhecem o professor como aquele que domina o conteúdo a ser ensinado aos seus alunos. Nesse sentido, os professores afirmam que buscam suas referências artísticas, em visitas a museus, teatros e exposições, bem como em canais televisivos de arte, na *internet*, em músicas e cursos livres. A fala a seguir exemplifica essa constatação: “Eu preciso ir a museu, com frequência, eu vejo exposições, assisto canais de arte. Eu sempre procuro ver alguma coisa e gosto também de sempre tá fazendo algum curso” (E4).

Um dado interessante é que alguns professores dizem buscar suas referências artísticas fora da cidade de Campos, por causa da falta de opções no município:

Ah, eu vou em tudo. Vou no teatro, vejo tudo. E quando vou ao Rio vejo muita coisa também. A gente sempre tá buscando, né. Uma exposição bacana, um teatro. Eu gosto muito de teatro. Pena que não tem muito aqui em Campos. (E6).

#### **4.3.2 Atividades propostas aos alunos**

Esse indicador descreve como os professores percebem suas atividades de Arte trabalhadas em aula, e de que forma elas são vivenciadas pelos alunos. Os PCN/Arte (BRASIL, 1998, p. 46) afirmam que “progressivamente e com trabalhos contínuos, as formulações dos alunos sobre arte tendem a se aproximar de modos mais elaborados de fazer e pensar sobre arte”.

Os relatos constatam que os professores adotam diferentes formas de trabalhar pedagogicamente a Arte, oferecendo variadas atividades individuais, coletivas, teóricas e práticas aos alunos: “Eu dou um monte de atividades pra eles ao longo do bimestre. Às vezes de duas em duas aulas tem trabalho. Faço em grupo, individual, de todo jeito” (E6).

Cabe destacar que apenas uma professora faz referência ao livro didático no momento em que descreve as atividades realizadas em sala de aula:

A maioria das atividades estão no livro, que eu utilizo bastante. E o livro é mais a parte prática. Dou trabalho teórico em dupla ou em grupo também. Sempre a respeito de algum assunto que a gente esteja trabalhando em sala de aula. (E7).

Dois relatos merecem destaque por afirmarem que é o comportamento dos alunos que justifica a escolha de atividades teóricas e práticas:

Eu dou aula do sexto ao nono, não é? O pessoal do sexto e do sétimo eu passo um pouco mais de teoria que o oitavo e o nono. O sexto ano as turmas são maiores e geralmente não querem nada com nada. É muito difícil. Se eu passo alguma atividade, não dá muito certo. Uma vez ou outra, salvo rara exceção, deu certo. (E3);

Tem turma que eu tenho que passar o conteúdo todo no quadro, mandar eles copiarem e depois dar visto no caderno. Porque se eu não faço isso eles se penduram pra tudo quanto é lado. A falta de vontade de fazer é muito grande. (E4).

Cabe ressaltar um relato de uma professora para quem o ensino de Arte representa um alívio para os alunos:

E no meu trabalho, em sala de aula, é um pouco difícil trabalhar a prática, mas eu não sou aquela professora que fica colocando muita coisa num bimestre e no bimestre seguinte eu sigo com muita coisa. Eu tento dar uma aliviada. Porque é aquela coisa, se eles já têm tantos conteúdos, história, geografia, tem português. Eu entro com arte pra dar uma aliviada. (E1).

Essa concepção parece ser contrária a dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte quando afirmam que

É importante que os alunos compreendam o sentido do fazer artístico, ou seja, entendam que suas experiências de desenhar, cantar, dançar, filmar, videografar ou dramatizar não são atividades que visam a distraí-los da “seriedade” das outras áreas. (BRASIL, 1998, p. 43).

### **4.3.3 Inter-relação com outras disciplinas**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 36) afirmam que a aprendizagem artística envolve um conjunto de diferentes tipos de conhecimentos e que:

Em conjunto com as outras áreas de conhecimento trabalhadas na escola, na área de Arte pode-se problematizar situações em que os alunos tenham oportunidade de perceber a multiplicidade de pensamentos, ações, atitudes, valores e princípios. (p. 38).

A maioria dos professores diz que já realizou algum tipo de inter-relação entre Arte e outras disciplinas. Alguns docentes entendem que esse tipo de metodologia está ligado ao trabalho, em conjunto, com outro professor. As matérias com as quais realizaram esta inter-relação foram Matemática, Ciências e História:



Eu já trabalhei com uma colega de Matemática e trabalhamos juntos a questão da simetria. Aí, foi quando eu peguei o papel quadriculado. Porque aí eu pensei “vai ajudar mais ainda”. Porque, afinal de contas, a multidisciplinaridade está aí é pra isso né. (E1);

Teve uma atividade que o professor de ciências estava fazendo sobre reciclagem...algo assim. Eles fizeram na aula de ciências um puff com garrafa pet e papelão em volta. Aí, disso a gente estava vendo a arte indígena e aí, a gente pegou esses bancos e a gente chegou a fazer a arte nesses bancos, no papelão. Ficou bem legal (E3).

“Quando eu encontro um professor que dê pra trabalhar junto, eu faço. Já fiz trabalhos com a professora de História, por exemplo” (E5). É interessante que outros docentes apontem para um entendimento de inter-relação dentro da própria Arte como disciplina: “Mas eu tento mostrar pra eles que existem outras disciplinas dentro da Arte. A Geometria, por exemplo. Deles entenderem o que é uma escala para entenderem um mapa” (E2); “Eu uso bastante história também e dá pra associar muita coisa com a história” (E6).

Alguns relatos explicam a ausência de inter-relação com outras disciplinas no ensino de Arte campista: “A gente tenta, mas está cada professor na sua correria. É bem difícil fazer alguma coisa junto com outra disciplina. A gente quase não vê isso na escola” (E4); “Eu tô sempre procurando todo mundo na escola, mas os professores não tem tempo” (E8).

Uma professora que não realiza, frequentemente, a inter-relação declara seu desconforto: “Não é muito comum não. Na verdade, eu me sinto muito isolada” (E7).

#### **4.3.4 Projetos extracurriculares em Arte**

Os Projetos extracurriculares em Arte não estão contemplados diretamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte. No entanto, há uma preocupação explícita com a transformação do homem e de sua realidade circundante através das manifestações artísticas (BRASIL, 1998, p. 30).

Sabe-se que os projetos extraclasse oferecem um maior contato entre a escola e a sociedade – por meio de uma apresentação artística aberta ao público, por exemplo, e permitem aos alunos uma maior liberdade de criação, uma vez que acontecem em horários e locais diferentes do conhecimento obrigatório curricular:

É papel da escola estabelecer os vínculos entre os conhecimentos escolares sobre a arte e os modos de produção e aplicação desses conhecimentos na sociedade. Por isso um ensino e aprendizagem de arte que se processe criadoramente poderá contribuir para que conhecer seja também maravilhar-se, divertir-se, brincar com o desconhecido, arriscar hipóteses ousadas, trabalhar muito, esforçar-se e alegrar-se com descobertas. Porque o aluno desfruta na sua própria vida as aprendizagens que realiza. (BRASIL, 1998, p. 31).

Nos relatos dos entrevistados, constatou-se que os professores não realizam projetos extracurriculares em Arte junto aos seus alunos. A maioria afirma que isso acontece por falta de tempo disponível, material ou espaço adequado nas escolas: “Não é uma coisa tão frequente não. Não tem como. Ainda mais que a gente não tem nem espaço” (E1); “É muito pouco tempo e a gente não tem material” (E4); “Já tive um grupo de teatro quando eu trabalhava só numa escola, mas também foi pouco tempo. Agora não faço nenhum projeto não. Até porque não sobra tempo” (E6).

Uma outra professora entrevistada declara que procura realizar atividades curriculares fora da sala de aula, mesmo enfrentando dificuldades, como a burocracia necessária para os estudantes saírem da escola:

Eu sempre tento levar os alunos pra fora da escola, nos museus e tal... Mas é dentro da disciplina mesmo. O aluno tem que sair da sala de aula, ele não pode ficar só na sala de aula. O diretor fala comigo que eu sou doida, porque é muita burocracia tirar aluno de dentro da escola. É documento, autorização, uma loucura. (E5).

Interessante salientar que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998, p. 29) contemplam essa prática quando afirmam que “já existem professores preocupados em também ensinar história da arte e levar alunos a museus, teatros e apresentações musicais ou de dança”.

#### **4.3.5 Avaliação em Arte**

A questão da avaliação em Arte está relacionada ao estatuto escolar da disciplina. Nesse sentido, deve-se destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte dedicam uma seção ao assunto, conforme o trecho a seguir:

Avaliar implica conhecer como os conteúdos de Arte são assimilados pelos estudantes a cada momento da escolaridade e reconhecer os limites e a flexibilidade necessários para dar oportunidade à coexistência de distintos níveis de aprendizagem em um mesmo grupo de alunos. Para isso, o professor deve saber o que é adequado dentro de um campo largo de aprendizagem para cada nível escolar, ou seja, o que é relevante o aluno praticar e saber nessa área. (p. 54).

É interessante saber o que os professores pensam sobre a avaliação na disciplina de Arte e como a realizam. O raciocínio de todos os entrevistados parece seguir a seguinte lógica: se Arte é uma disciplina obrigatória, igual a qualquer outra, então os estudantes devem ser submetidos a avaliações tal como são em Matemática, Ciências ou Biologia: “Eu quero que eles vejam a minha disciplina com a mesma seriedade que as outras têm”. (E1). Mesmo que avaliar o conteúdo trabalhado em Arte não seja assim tão fácil, como constata a mesma professora: “Tem que ter porque você tem que dar a nota, né. É complicado” (E1).

Segundo determinação do município, os professores de Campos têm que incluir uma prova no processo de avaliação da disciplina Arte: “A gente é obrigado a dar prova aqui na rede. Prova escrita (E5); “Na prefeitura, a gente tem que dar prova valendo 50% da nota” (E4). Entretanto, ainda que de caráter obrigatório, essa determinação não deixa de ser questionada pelos professores:

Por que tem que ter prova? Na verdade, o final do processo nem sempre é tão importante quanto o próprio processo. Como que o aluno está indo no processo? Ele tá evoluindo, ele tá entendendo o que ele tá fazendo? Acho que isso é o mais importante. (E2).

Ainda assim, os entrevistados se esforçam para criar diversas formas de verificação do conteúdo de Arte: “A avaliação é incrível né. Tem que ter porque você tem que dar a nota, né. É complicado. Então, o que eu resolvi fazer? Num bimestre eu dou prova escrita e no outro eu dou um trabalho” (E1); “O que eu mais faço é dar uma sequência de trabalhos que valem o total da nota. Eu quero que eles pensem, eles precisam pensar. Então, é nisso que eu penso quando aplico a avaliação pra eles” (E2).

É interessante que algumas professoras vejam na questão da avaliação uma forma de valorizar a disciplina perante os alunos:

Então é assim que eu faço a minha avaliação contínua, todos os dias, porque eu também não posso deixar de fazer isso, porque eu não posso de jeito nenhum, deixar o aluno perceber que arte não tem importância nenhuma. Porque tanto faz ele copiar, ele fazer atividade prática ou não e vai ser a mesma coisa. Eu não vou fazer isso. Eu quero que eles vejam a minha disciplina com a mesma seriedade que as outras tem. (E1).

A questão da reprovação é unanimidade entre os professores. Todos acreditam que a reprovação legitima a disciplina Arte na escola. Para ter o mesmo estatuto pedagógico que outras disciplinas, deve haver reprovação em Arte:

Tem mais é que reprovar igual a outras disciplinas. Senão, a gente enfraquece mais ainda dentro da escola. Porque eles me perguntam assim: “Professora, pra que Artes?”. E se não reprovasse, ainda por cima? Aí que ia ser pior. Tem pai aqui que chega e acha que o filho não tem nem que fazer aula de Artes. Já aconteceu. Aí, a diretora teve que falar com ele: “Não, é obrigatório. E se ele não fizer, fica retido”. Então, tem que reprovar sim. É uma maneira até de valorizar a disciplina. (E7).

“Todas as disciplinas têm que reprovar o aluno. Senão, não precisa ter” (E8). Assim como o professor de outras disciplinas, o professor de Arte também pensa a reprovação como medida punitiva e disciplinar:

Tem uma questão muito séria que é a disciplina em sala de aula. Porque tem aluno que realmente não quer nada. Vai pra escola pra comer e vai pra escola pra fazer bagunça. E você não consegue cativar. Prejudica o andamento da turma. Então eu penso que se não tiver reprovação, esse aluno vai achar que tem o direito de nunca estudar. Aí, eu acho que é válido sim. (E5).

Mas, se por um lado, uma grande parte dos professores são favoráveis à reprovação em Arte, há outros que parecem discordar em relação às situações em que o aluno deve ser reprovado. O dilema parece ser se o aluno deve repetir ou não o ano se for reprovado: “Eu reprovado assim, quando o aluno já perdeu em tudo. Agora, jamais, o aluno vai perder só comigo. Eu vou tentar de todos os artifícios para que ele recupere, entendeu? (E1);

Olha, essa questão de reprovação a informação que eu tenho é que se o aluno ficar só em arte ele não perde. Por que que ele não perde? Se é uma disciplina obrigatória, por que que ele não perde só

em arte? Se não for pra perder, pra que que tem a disciplina? Então é melhor tirar a disciplina, gente. Se é obrigatória, por que que você não tem peso pra perder? “Ah, porque o pai reclama”. Reclama por que? Não tem as mesmas obrigações? (E2).

#### 4.4 ASPECTOS PEDAGÓGICOS

A categoria Aspectos pedagógicos contém 8 questões do instrumento avaliativo – questões 24 e 29 a 35 - contemplando os indicadores Aprendizagem em Arte, Ensino de Arte, Finalidade do ensino de Arte e Três eixos de aprendizagem.

Essa categoria é de fundamental importância para o entendimento do ensino de Arte no município de Campos, pois esclarece os processos, as tendências e concepções dos professores a respeito da prática em sala de aula. Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte reforçam a relevância desta categoria quando afirma que:

As relações entre arte e ensino-aprendizagem propiciam que o aluno seja capaz de situar o que conhece e de pensar sobre o que está fazendo a partir da experiência individual e compartilhada de aprender. Isso traz consciência do desenvolvimento de seu papel de estudante em arte e do valor e continuidade permanente dessas atitudes ao longo de sua vida. (BRASIL, 1998, p. 49-50).

##### 4.4.1 Aprendizagem em Arte

A aprendizagem em Arte está presente em três temas: conhecimento prévio dos alunos, capacidade de aprender Arte e o aluno diante do saber. A maioria dos entrevistados declara que seus alunos chegam ao segundo segmento entendendo Arte como desenho:

O que eu observo é que eles acham que arte é um passatempo de só desenhar. Porque eles perguntam assim: “professora, hoje a gente vai desenhar o quê?” A gente sabe que eles vêm trazendo esse vício sim, mas no decorrer do ano eles percebem que é muito diferente. (E1).

“Só desenhinho, cores primárias e secundárias... só isso que eles conhecem” (E5). Alguns professores relatam que seus alunos chegam no segundo segmento com pouco conhecimento em Arte: “Eles não acham que música seja arte, que teatro seja arte. Na verdade, é uma coisa bem esquisita assim. Eles não têm

essa coisa que arte é um mundo diferente do resto” (E3); “Eles não sabem quase nada” (E8).

Apenas uma professora pensa que seus alunos trazem algum conhecimento em Arte: “Tem, tem alguma coisa. Depende muito de quem foi o professor deles. Mas eles chegam com algum conhecimento sim” (E4).

Interessante ressaltar que uma professora explica o pouco conhecimento em Arte pela polivalência dos professores do primeiro segmento:

Eu não sei o tipo de conhecimento de arte que eles precisariam ter no Fundamental I não. Até porque os professores têm que dar conta de muitas matérias, entendeu, e Artes é a que fica mais esquecida. E como o Fundamental I não tem essa obrigação de ter um professor de arte, eu acredito que eles não chegam com muito conhecimento não. E quando eles chegam no sexto ano, eles já ouviram que arte é pintar e desenhar. Eles entram muito crus. Aí, cai na folhinha pronta. Qual o professor desses polivalente que ainda vai criar alguma coisa? (E2).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte afirmam que o conhecimento dos alunos, em Arte, deve ser considerado no processo de ensino da disciplina:

Aprender arte com sentido está associado à compreensão daquilo que é ensinado. Para tanto, os conteúdos da arte precisam ser transpostos didaticamente de maneira adequada. Não precisam ser ensinados obrigatoriamente do mais simples para o mais complexo ou do geral para o específico, mas sua ordem precisa considerar os conhecimentos anteriores dos alunos e seu nível de desenvolvimento cognitivo. (BRASIL, 1998, p. 44).

Um dado positivo a ser destacado é que todos os entrevistados afirmam que seus alunos têm capacidade de aprender Arte: “Conseguem aprender sim. O pessoal que eu acompanhei aprendeu alguma coisa sim” (E3); “Todo mundo aprende. É só você ter paciência” (E8). Entretanto, uma professora acredita que apesar de todos terem capacidade de aprender Arte, alguns alunos não aprendem porque não desejam aprender:

Tem capacidade sim. Eles só não querem muita coisa. Acho que eles aprendem Arte sim. Mas o problema são aqueles que não querem aprender e que atrapalham o resto. É só esse o problema. Mas que eles têm capacidade como todo mundo tem de aprender, isso tem. Todo mundo pode aprender Arte, basta querer. (E7).

Os relatos apontam que todos os professores acreditam que o ensino de Arte melhora os alunos, modificando, positivamente, o comportamento e a atitude dos estudantes:

No sexto ano, no começo do ano, geralmente as turmas são muito agitadas e os alunos não gostam muito das aulas. É um sufoco pra nós. Tem gente que nem gosta de trabalhar com o sexto ano. Mas depois, mais pro final do ano, eles não perdem uma aula minha. O que eu vejo que acontece é que como eles não conheciam o que era a disciplina, não sabiam como era, não gostavam. (E6);

A partir das atividades, especialmente as que são feitas em grupo ou as atividades práticas. Assim, eles aprendem a respeitar mais os colegas, o momento certo de se expressar...penso eu que seja por causa desses momentos que a disciplina proporciona. Assim, eu acho que os alunos se tornam pessoas mais conscientes e conseguem melhorar o comportamento tanto em sala de aula como na vida. (E7).

#### **4.4.2 Ensino de Arte**

Para descrever o ensino de Arte, no município de Campos, foram definidos quatro aspectos: capacidade de ensinar Arte, o que não consegue ensinar em Arte, dificuldades de ensinar Arte e finalidade do ensino de Arte. Quando questionados sobre sua capacidade de ensinar Arte, os relatos apontam que a maioria dos entrevistados se considera capaz: “Eu consigo ensinar sim” (E1); Eu acho, tenho certeza. É possível ensinar de tudo. Desde o desenho até os artistas (E4). Alguns docentes, no entanto, não se percebem tão certos de sua capacidade de ensinar Arte: “Olha, eu tô na busca. Não posso falar que eu consigo porque eu tô na busca. Eu sou novo ainda e tudo pra mim é meio novo ainda. Tanto na música, quanto na arte. Mas eu tô buscando” (E3).

Ainda que sejam formados em apenas uma única linguagem artística, a maioria dos entrevistados acredita que é possível ensinar todos os conteúdos em Arte: “O que é possível? Tudo. É só pesquisar um pouco e você consegue” (E2); “Eu acho que o que você se propõe a fazer e tem consciência do que está fazendo, é possível. Perfeitamente” (E5).

O que os impede de ensinar Arte? Alguns professores afirmam que a falta de materiais e espaço físico nas escolas são obstáculos para ensinar o que consideram importante como conteúdos em Arte:

Acho que dá pra ensinar tudo. Só quando não tem material é que não dá pra ensinar né. Por exemplo, como é que você vai ensinar pintura sem tinta? Acho que só quando você não tem material é que você não ensina. (E6);

É possível ensinar tudo, desde que tenha os instrumentos, os espaços. Se a escola tiver essas coisas, dá pra ensinar tudo. O problema é que as escolas públicas são muito carentes nesse sentido. (E7).

Outros docentes relatam que não conseguem ensinar devido à ausência de recursos didáticos apropriados para o ensino de Arte:

Pintura. Não tem água pra gente limpar, não tem espaço, não tem lugar, por exemplo, você não coloca em uma carteira de um braço só um copo com água, com tinta. Como que eu vou colocar numa cadeira inclinada um copo com água? Vai escorregar e vai cair. (E4);

Gostaria de dar aula de flauta pra eles. E seria tão barato ter umas flautas doces na escola. Já até pesquisei o preço pra comprar, mas desisti. Eu acho que ia dar certo dar aula de flauta doce. No mais eu vou tentando ensinar outras coisas pra eles, tipo ritmo, harmonia, essas coisas. (E7).

A maioria dos docentes, para ensinar Arte, declara que a estrutura de que dispõem, na escola, é o maior impedimento: “Turmas muito grandes, falta de material pra trabalhar, para os alunos manusearem. O desinteresse dos alunos você tem como driblar, mas a falta de espaço físico e de material não tem como mesmo” (E4); “É a falta de material mesmo. E de espaço, né. Porque sem isso fica difícil propor o que a gente quer” (E6); “O ambiente para o profissional com todas as parafernalias que o professor precisa. Espaço físico e material didático, só isso” (E8).

Outros docentes relatam que suas maiores dificuldades estão ligadas a atitudes e ao comportamento dos alunos:

É a indisciplina dos alunos. É o fator que mais desanima o professor. Porque o professor, quando é uma turma que está interessada, você dá aquela aula. Agora se você tem uma maioria que quer atrapalhar, isso é muito cansativo para o professor. (E5);

O comportamento dos alunos hoje em dia. É muita bagunça e acaba desanimando o professor. Não é fácil enfrentar uma sala de aula hoje em dia. Já vi muita gente desistir de dar aula na escola formal.



Porque os alunos são muito indisciplinados, eles faltam pular em cima de você. Não é fácil. Só quem é professor de escola pública é que sabe. (E7).

A análise das entrevistas trouxe diversas concepções dos professores a respeito do ensino de Arte. Alguns entrevistados relatam que a finalidade do ensino da Arte é valorizar o próprio conhecimento em Arte: “Pra mim, conhecer Arte é uma coisa maravilhosa. Eu acho que é um conhecimento da humanidade que o aluno tem o direito de conhecer” (E4);

Fazer os alunos conhecerem o universo da Arte. A disciplina precisa mostrar aos alunos o significado da Arte, porque o homem produz Arte, e de que maneira, de que jeito eles também podem produzir Arte. Ou se não querem produzir nada, ao menos apreciar uma obra de Arte. (E7).

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (1998, p. 36) afirmam que: “Considerando-se a arte como conhecimento, é função da escola introduzir os alunos na compreensão dessas questões, em cada nível de desenvolvimento, para que sua produção artística possa se enriquecer”. Uma entrevistada ressalta a visão de mundo presente em obras de arte:

Eu acho que eles precisam aprender o que é Arte, pra que é a Arte e a importância dela. Eu acho que isso é fundamental. Você precisa ter o seu senso crítico aguçado, quando você vê uma obra você está vendo uma leitura de mundo. Então eu acho que a gente precisa fazer com que os alunos compreendam a importância de se aprender Arte. (E5).

Para outros entrevistados, conhecer arte é conhecer a si mesmo. De fato, a fala a seguir traz essa concepção: “É fazer com que os alunos sejam eles mesmos. É autoconhecimento, não é? É se conhecer através do seu traço, através da convivência com o outro, de conhecer uma obra. Acho que é autoconhecimento” (E6). Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte corroboram com esta concepção quando afirmam que “a obra de arte favorece o conhecimento de si e do mundo, por intermédio de uma síntese criadora” (BRASIL, 1998, p. 34).

Cabe dizer que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte também fazem referência à importância do ensino de Arte mediado pela exploração dos sentidos

por meio da forma, da cor, do som, do gesto, da palavra, do movimento e da capacidade imaginativa do aluno (BRASIL, 1998, p. 34). Tal concepção aparece em uma fala de um professor:

Pra mim tem muito a ver com essa coisa da sensibilidade mesmo. Pelo menos nas minhas aulas eu tento colocar isso. Que diferente das outras matérias a gente não tem preocupação de um conteúdo engessado e, por isso, a gente pode também se dedicar às coisas simples do dia a dia. Tipo parar e ouvir os sons ao seu redor, essas coisas. (E3).

Interessante o relato que afirma que ensinar Arte é expressão que auxilia o desenvolvimento dos alunos:

A arte não só como você criar alguma coisa, como conhecimento. De entender mesmo. E outra, a disciplina ajuda o aluno a se desenvolver e ser melhor em outras áreas. É só nessa disciplina que o aluno pode se expressar. (E4).

A esse respeito, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte afirmam que:

Ao fazer e conhecer arte, o aluno percorre trajetórias de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo. Além disso desenvolvem potencialidades (como percepção, observação, imaginação e sensibilidade) que podem contribuir para a consciência do seu lugar no mundo e para a compreensão dos conteúdos das outras áreas do currículo. (BRASIL, 1998, p. 43).

Relaciona aprendizagem em Arte com cidadania:

Eu acho fundamental. Eu acho fundamental pela importância que a Arte tem na formação humana, né? Porque se a gente não criar alunos, no ensino fundamental, com um senso crítico, com uma visão de mundo mais alargada, como é que você forma o cidadão? (E5).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte também apoiam essa tendência quando afirmam que:

A área de Arte contribui, portanto, para ampliar o entendimento e a atuação dos alunos ante os problemas vitais que estão presentes na

sociedade de nossos dias. Tais problemas referem-se às ações de todas as pessoas para garantir a efetivação de uma cidadania ativa e participante na complexa construção de uma sociedade democrática que envolve, entre outras, as práticas artísticas. (BRASIL, 1998, p. 37-38).

#### 4.4.3 Três eixos de aprendizagem

Os PCN/Arte (BRASIL, 1998, p. 49) dizem que o conjunto de conteúdos em arte “está articulado dentro do processo ensino e aprendizagem e explicitado por intermédio de ações em três eixos norteadores: produzir, apreciar e contextualizar” arte. Isso significa dizer que o processo ensino-aprendizagem em arte envolve, ainda segundo o documento:

- a experiência de fazer formas artísticas incluindo tudo que entra em jogo nessa ação criadora: recursos pessoais, habilidades, pesquisa de materiais e técnicas, a relação entre perceber, imaginar e realizar um trabalho de arte;
- a experiência de fruir formas artísticas, utilizando informações e qualidades perceptivas para estabelecer um contato, uma conversa em que as formas signifiquem coisas diferentes para cada pessoa;
- a experiência de investigar sobre a arte como objeto de conhecimento, no qual importam dados sobre a cultura em que o trabalho artístico foi realizado, a história da arte e os elementos e princípios formais que constituem a produção artística, tanto de artistas quanto dos próprios alunos. (p. 50).

Ainda que exista, no conjunto de respondentes, uma professora que declara desconhecer os três eixos de aprendizagem (E7), a maioria dos entrevistados afirma conhecer esses princípios norteadores da aprendizagem: “Conheço assim, só que nem sempre você consegue pôr os três eixos com o aluno” (E1); “Conhecer eu conheço. Eu esqueço o que é pra fazer, o nome eu esqueço. Mas o processo é esse. Pra eu conseguir aprender é preciso entender” (E4).

As falas indicam diferentes entendimentos de tais princípios. Alguns professores parecem ter entrado em contato com os três eixos em momentos que antecederam sua prática pedagógica, como exemplificado nas falas a seguir: “Já ouvi falar sim. Acho que tem na minha prática. Mas não vou falar besteira aqui não. Mas acho que a gente ouviu isso na faculdade” (E5);

Olha, eu não me aprofundi sobre os três eixos não. Até porque não é a minha formação. Eu li o PCN de Artes, mas eu não me aprofundi. Eu li pra fazer o concurso pra eu entrar e eu aprendi bastante. É um bom documento, eu achei muito interessante. (E6).

Outros professores consideram que os três eixos de aprendizagem não se relacionam com sua prática pedagógica, porque teriam um cunho que definem como teórico: “Conheço assim, só que nem sempre você consegue pôr os três eixos com o aluno. Porque, às vezes ele não consegue nem fazer e eu tenho que respeitar isso” (E4);

Eu dou somente prática porque é isso que ensina. Não vem com teoria porque é fazendo que a gente aprende. Eu canto com os meus alunos, eu toco para os meus alunos, dou bordado, dou desenho, pintura. Tudo na vida é repetição. (E8).

No entanto, cabe destacar a fala de uma entrevistada, que afirmou conhecer os três eixos de aprendizagem de Arte, bem como explicou como costuma aplicá-los em suas aulas:

Conheço e utilizo sim. Trabalho, porque eu analiso muito a imagem. Eles precisam aprender a ler a imagem. A importância da leitura de imagem é muito grande, porque tudo é imagem. A propaganda, a escrita, tudo é imagem. E a gente lê imagem o tempo inteiro. E o debate gera a contextualização. Então eu entendi isso e trabalho bastante. (E2).

Importante comentar que a questão dos três eixos norteadores é um avanço pedagógico na medida em que “a produção e a apreciação ganham níveis consideravelmente mais avançados de articulação na aprendizagem dos alunos quando estão complementadas pela contextualização (BRASIL, 1998, p. 50). A ausência de relatos referentes à incorporação dos três eixos de aprendizagem, em sala de aula, indica uma lacuna no processo ensino-aprendizagem de Arte no município de Campos.

#### **4.4.4 Formação continuada**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte tecem considerações a respeito

da formação continuada de professores:

O importante neste estágio atual da educação brasileira é que os professores que se dispuserem a ensinar arte tenham um mínimo de experiências prático-teóricas interpretando, criando e apreciando arte, assim como exercitem a reflexão pedagógica específica para o ensino das linguagens artísticas. E para isso é necessário haver cursos de especialização, cursos de formação contínua, nos quais possam refletir e desenvolver trabalhos a arte. (BRASIL, 1998, p. 30).

Os entrevistados foram questionados sobre as formações profissionais realizadas ao longo de suas trajetórias. Os relatos trouxeram informações sobre capacitações oferecidas pela Prefeitura, por meio da Coordenação do ensino de Arte do segundo segmento e EJA, bem como as realizadas por conta própria dos professores.

Os relatos afirmam que sempre houve capacitações para os professores de Arte, na rede, e todos já participaram de ao menos duas capacitações. A maioria desses relatos apresenta resultado positivo em relação aos encontros de capacitação realizados no ano de 2017: “Eu achei que esse ano aconteceram com mais frequência. E eu, sinceramente, não gosto de perdê-los. Eu aprendi muita coisa” (E1). Um professor destaca características dos formadores de capacitações recentes:

Esse ano eu fui em três seguidas. É interessante. O pessoal fala que, anteriormente, não era legal, mas agora o que eu vi lá foram palestrantes que não são da rede, mas que trouxeram coisas bem interessantes, bem legais e deu pra tirar bastante dúvida. E como não teve muita gente nas que eu fui, deu pra ter uma conversa boa assim, eu gostei bastante. (E3).

Uma das professoras, no entanto, relata uma crítica ao formato desses encontros: “Eu gosto muito. Mas acho que deveria ser uma coisa menos profunda e mais prática, entendeu” (E8). Outro relato descreve alguns encontros realizados no bojo de outra gestão, ressaltando aspectos positivos:

A gente tinha encontros muito produtivos, porque tinha um roteiro direitinho para cada série. Tinha muita coisa de história da Arte e isso é muito positivo porque os alunos têm que saber isso. E eu acho que a disciplina não é de fazer só, mas de construir conhecimento. É

promover conhecimento artístico, não é? E tem que ser valorizado isso. É uma área muito enriquecedora para a sociedade. (E4).

Deve-se ressaltar que todas as capacitações oferecidas pela Prefeitura geram uma pontuação que resulta em benefícios para a carreira, procedimento considerado positivo pelos entrevistados:

E, geralmente, quando a gente tem essas capacitações da prefeitura vale tipo uma pontuação, que depois juntando esses pontos, se tiver uma porcentagem de cinco por cento ao ano então você tem um valor a mais no salário. Um acréscimo de três por cento. (E2);

“O bom é que você soma os pontos e ganha o bônus do salário. Aí melhora. É pouco, mas conta” (E6). Essa pontuação também pode ser gerada nas participações dos professores nas mostras, que acontecem nos encontros de capacitações: “Todo ano tem também as mostras, que valem mais. Acho que quarenta horas se não me engano” (E1);

As capacitações da secretaria, em relação a conteúdo assim, as que eu participei, que eu me lembro, eram capacitações que a secretaria dava oportunidade de os professores expor trabalhos. Eu cheguei a expor trabalhos que os meus alunos faziam em sala de aula. (E5).

Interessante destacar que a apreciação dessas mostras não é bem avaliada por uma das entrevistadas, pois, segundo ela, atrapalharia o processo de ensino-aprendizagem em Arte dos estudantes:

Esse ano teve também, mas eu não consegui participar. E eu como professora não gosto de finalizar um processo que eu não comecei. Eu gosto muito de avaliar o processo, o aluno saber o que ele tá fazendo. Como que eu vou chegar pra um aluno, naquela semana e “não, nós vamos apresentar um negócio, eu vou colocar aqui pra você, você vai fazer isso aqui, pinta aí de qualquer jeito, pra gente colocar lá à mostra”. Mas ele sabe o que que ele fez, o porquê que ele fez? Não. Então pra fazer uma coisa de qualquer maneira eu não gosto de fazer. (E2).

Um dado relevante que apareceu, nos discursos, foi a discussão a respeito da presença do Polo Arte na Escola - UENF:

Em Campos, o Polo Arte na Escola – UENF foi implantado em 2005, fruto de um convênio entre a UENF e o Instituto Arte na Escola. Sua missão principal nas regiões Norte/Noroeste Fluminense e Lagos é a implementação e disseminação de ações que contribuam, no âmbito do ensino da Arte, tanto para qualificar as práticas educativas como para a melhoria da educação básica (...) Desde a sua implantação, com sede na Casa de Cultura Villa Maria, o Polo Arte na Escola - UENF vem realizando ações de formação continuada como cursos, grupos de estudos, oficinas, palestras, encontros, viagens culturais, seminários, mesas-redondas, lançamento de livros e assessoria pedagógica. (UENF, 2018).

Cabe informar que a professora idealizadora do projeto Polo Arte na Escola também foi responsável por uma das capacitações, em 2017, oferecida pela Prefeitura. As atividades rotineiras do Polo são relatadas de forma positiva por uma das entrevistadas:

É um bate papo de vários professores que estão ali com a mesma ânsia de aprender e aí a gente escuta o relato de um, escuta o relato de outro. Um dá ideia pro outro. Você troca ideia, aprofunda no assunto, estuda, faz oficina. A gente põe a mão na massa, vê se dá certo ali com a gente. Então, você amplia os seus conhecimentos. (E2).

#### 4.5 ASPECTOS LEGAIS

A quarta categoria deste estudo - Aspectos legais - foi contemplada em 11 questões do instrumento avaliativo, que abordaram os indicadores: Currículo mínimo, Obrigatoriedade do ensino da Arte e Quatro linguagens artísticas no ensino de Arte. É importante ressaltar que aspectos legais do ensino de Arte são abordados ao longo de todo o texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte (BRASIL, 1998).

##### 4.5.1 Currículo mínimo

Segundo a entrevista com a coordenadora do ensino de Arte em Campos, Currículo mínimo do ensino de Arte é um documento que já foi apresentado aos professores em 2017. Esse documento contém os conteúdos que devem ser trabalhados, ao longo dos anos, no Segundo Segmento e na Educação de Jovens e Adultos das escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Por meio dos relatos

dos entrevistados, foi possível constatar que todos os professores da rede conhecem o Currículo mínimo.

Alguns professores declaram que conhecem o Currículo Mínimo porque foi enviado por e-mail e apresentado em uma das capacitações, oferecidas pela Secretaria de Educação por meio da Coordenação do ensino de Arte: “Esse a coordenadora mandou pra nós” (E6); “Eles apresentaram numa das capacitações” (E7). Apesar de todos os professores conhecerem o Currículo mínimo em Arte, alguns professores dizem que não o utilizam em sala de aula:

Esse ano como foi renovado já no meado do ano, eu não consegui seguir muito não. Tentei pegar algumas coisas, mas não consegui muito não. Agora para o ano que vem eu já vou programar em cima disso aí. Que é trabalhar em cima de um tema, né. É muito diferente. (E2);

Pra te falar a verdade, ainda é muito difícil usar o currículo mínimo na sala de aula. Eu até já tentei, mas é tudo diferente do que a gente tá acostumada. E é pra trabalhar com tema. Vamos ver se esse ano eu uso mais porque ainda não usei não. (E6).

Nota-se que há um desejo dos entrevistados de utilizarem o Currículo e que a premissa do trabalho, a partir de temas, causa um certo estranhamento nos docentes. No entanto, a respeito das atividades serem alicerçadas em temas transversais, os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte afirmam que:

Muitos trabalhos de arte expressam questões humanas fundamentais: falam de problemas sociais e políticos, de relações humanas, de sonhos, medos, perguntas e inquietações de artistas, documentam fatos históricos, manifestações culturais particulares e assim por diante. Nesse sentido, podem contribuir para a contextualização dos Temas Transversais, propiciando uma aprendizagem alicerçada pelo testemunho vivo de seres humanos que transformaram tais questões em produtos de arte. (BRASIL, 1998, p. 37).

Alguns relatos indicam que o Currículo mínimo auxilia nas atividades em sala de aula: “Isso te dá uma aliviada muito boa porque você sabe o quê: eu estou no caminho certo. Então eu acho que isso auxilia muito porque eu não posso chegar crua, sem saber o que que eu vou dar (E1); “Na verdade eu separo os conteúdos que eu quero trabalhar e me pauto nos conteúdos, certo? E ali eu vou trabalhando o



que o Currículo mínimo indica pra gente” (E5).

Outros relatos apontam para uma reduzida utilização desse documento em sala de aula: “O currículo mínimo eu cheguei a ver, cheguei a receber por e-mail e usei algumas coisas de lá. Me deu uma guia legal, coloca aí um pouquinho menos de cinquenta por cento” (E3); “Olha, a gente tenta utilizar e eu faço uma programação para que eu use. Mas nem sempre você consegue” (E4). Interessante destacar o relato de uma professora que associa o Currículo mínimo ao livro didático:

Eu acredito no currículo. Mas não acredito nele puro, sem livro. Eu acho que todo aluno tem que ter o livro. A escola tem obrigação de oferecer o livro ao aluno e o professor tem a obrigação de acompanhar é o livro. Se ele quiser alguma coisa extra, ele pesquisa e dá em folha, mas quando não tem folha tem o caderno. Aí passa no quadro cuspe e giz. E daí cuspe e giz, e daí? Mas tem sempre que ter o livro pra guiar. O professor tem que ter obrigação com o livro. Mas o que eles pedem no currículo não é o que está no livro. Nós não temos um livro que acompanhe o currículo mínimo. (E8).

Existem outros dois documentos – as Diretrizes Curriculares e o Planejamento Anual – que regem a educação campista; somente dois professores declararam conhecer esses documentos: “Conheço ralo, bem ralo. Olha, eu sei que a diretora da escola e a outra lá, a OP, ela me deu essas diretrizes. E não auxiliou muito, porque ficou bem abrangente” (E3); “Tenho conhecimento, mas não está em mãos agora” (E8).

#### **4.5.2 Obrigatoriedade do ensino da Arte**

A permanência do ensino de Arte para a educação básica nas escolas brasileiras é unânime entre os professores entrevistados. Os relatos constataam que todos os docentes são favoráveis à obrigatoriedade da Arte como disciplina: “Então tem que ser obrigatório e tem que ter qualidade do ensino na base” (E3); “Imagina se não fosse obrigatório? Aí é que ia ser mais esculhambado ainda. Tem que ser obrigatório sim. É necessário” (E7).

Um dos relatos aponta que a decisão governamental deve levar em consideração os alcances da área. A professora relembra a luta até que a Arte se tornasse uma disciplina escolar: “Não dá pra o governo ficar brincando com essas coisas mais. Como é que depois da gente conquistar tudo isso, eles querem tirar

Arte da escola? É o fim, né” (E6).

O relato de uma das professoras, que compreende arte como expressão pessoal, também faz menção às decisões governamentais e traça um paralelo com a nova Reforma do Ensino Médio, que define algumas disciplinas do currículo (BRASIL, 2017) como optativas:

Tanto é que o governo fala sempre em tirar Arte, tirar Sociologia, tirar Filosofia. De onde? Do ensino médio, principalmente quando eles estão em formação, quando o adolescente está em formação, justamente para eles não terem expressão. Porque são matérias que eles têm que se expressar. Eles vão expressar a opinião deles em relação a tudo. Porque é algo que trabalha tudo, todos os temas. Então eu acho que a importância é essa, e as autoridades querem tirar justamente por isso, pra cortar a expressão deles. E é o que tá acontecendo com muitos. Eles não são levados ao questionamento, não são trabalhados para pensar. (E2).

Dois relatos apontam uma preocupação com a oferta de Arte como disciplina desde a educação infantil:

Tem que ser obrigatório e teria que ser desde a educação infantil, porque a base é lá. Porque se essas crianças fossem formadas do que é a arte e qual a importância da arte, a gente não chegaria hoje no Ensino Médio com esses questionamentos “pra quê arte na minha vida” (E2);

Se começasse da maneira correta lá da base, seria mais interessante que do jeito que é. Porque uma base boa muda todo o contexto. Então que ser obrigatório e tem que ter qualidade do ensino na base. (E3).

#### **4.5.3 Quatro linguagens artísticas no ensino da Arte**

Este indicador tem grande relevância, no estudo avaliativo, porque questiona uma alteração legal recente na legislação brasileira. Trata-se da Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), que obriga a oferta das quatro linguagens artísticas nas escolas de educação básica em todo o país. A maioria dos entrevistados afirma conhecer essa legislação ainda que algumas professoras declarem não a conhecer: “Olha, a última lei que eu estava acompanhando foi a de 2008 que voltou a tornar obrigatório o ensino de música nas escolas. Até aí eu sei. Depois eu não acompanhei” (E5).

Grande parte dos docentes vê essa medida de uma forma positiva, embora questionem o cumprimento dessa legislação, que prevê a implementação das quatro linguagens (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) nas escolas até o ano de 2021. “Mas será que até 2021 vai ser cumprido mesmo? Claro que não. Eu acredito que é um sonho, mas também um devaneio” (E2). Os professores, com propriedade e conhecimento de causa, questionam a implementação da medida, considerando as condições das escolas e da formação docente:

Olha, na teoria é bem escrito e tal e tem tudo isso bem explicadinho nos PCN. Mas você chega na sala de aula e é completamente diferente. Você não tem os quatro professores, por exemplo. Então dá certo na teoria, mas na prática nós não temos nem os espaços corretos. (E3);

Só que não adianta ficar só no papel, né. Tem que levar a lei pra dentro da escola. E, sinceramente, eu não conheço escola nenhuma até hoje que tem as quatro linguagens. Nem precisa das quatro não. Não conheço nenhuma escola que tenha nem duas linguagens. Então, tem que virar uma prática, né. Sair do papel e virar realidade. (E6).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte abordam a oferta das quatro linguagens, na escola, e afirmam que “é importante que o aluno, ao longo da escolaridade, possa se desenvolver e aprofundar conhecimento em cada modalidade artística” (BRASIL, 1998, p. 47). O documento sugere maneiras para implementar uma solução para essa vivência na escola:

É necessário que a escola planeje cada modalidade artística no mínimo duas aulas semanais e que a área de Arte esteja presente em todos os níveis de ensino. Para tanto, sugere-se que, por exemplo, se Artes Visuais e Teatro forem eleitos respectivamente em duas séries de um ciclo, as demais formas de arte poderão ser abordadas por meios de projetos interdisciplinares, com visitas a espetáculos, apresentações ou apreciação de produções em vídeos, pôsteres etc. A mesma escola trabalhará com Dança e Música nas demais séries, invertendo a opção pelos projetos interdisciplinares. (BRASIL, 1998, p. 47).

Alguns relatos mostram que a oferta das quatro linguagens traria benefícios às práticas de ensino de Arte: “Eu acho que é muito importante, seria outro sonho ter as quatro linguagens dentro de uma escola, porque seria uma escola completamente diferente e o rendimento dos alunos seria milhões de vezes melhor”

(E2); “É ótimo pensar que todas as quatro podem ser oferecidas na escola. Aí, o aluno não vai mais pensar que aula de Arte é feita só pra desenhar. Vai ser muito bom para o aluno” (E7).

As especificidades de cada uma das quatro linguagens também apareceram no relato dos professores. Eles comentam a respeito da maneira diferenciada de vivenciar cada uma das linguagens em sala de aula:

Você fala em artes visuais e aí você pensa em desenhar, pintar, colorir e tal. Mas aí você tem o lado do teatro. O lado do teatro onde muitos conseguem jogar a timidez, porque eu já vi alunos que eram extremamente tímidos e aí eles entram naquela coisa de participar de uma peça e a timidez toda vai embora. Olha a contribuição daí. Esse aluno passa a ter uma mudança muito radical. A música...a música é a vida deles. Eu já fiz uma pesquisa aqui de quanto tempo eles levam ouvindo música diariamente e eu fiquei espantada. Parece que não existe um sem o outro. (E1);

Eu acho excelente. Porque cada linguagem tem uma maneira de trabalhar diferente e o aluno vai ter a oportunidade de experimentar coisas diferentes. Imagina a gente, na nossa época de escola ter aulas das quatro linguagens? Ia ser o máximo. (E6).

Importante ressaltar que a formação dos professores de Arte é uma preocupação, tanto da Coordenadora do ensino de Arte da Prefeitura quanto dos entrevistados: “Seria muito importante se os alunos tivessem professores das quatro linguagens. Mas não professor de Educação Física pra dar aula de Artes Visuais. Isso é cruel. Tem que ser professor capacitado na sua área” (E4); “E tem que ter professor formado pra dar aula, né. Não dá pra professor formado em uma coisa, dar aula de outra. Como é que a gente dá aula das quatro linguagens? Não dá, é impossível” (E5).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte também abordam essa questão e afirmam que:

Outro problema grave enfrentado pela área de Arte é sem dúvida o reduzido número de cursos de formação de professores em nível superior. Com relação aos cursos de licenciatura em Dança, então, há pouquíssimos e que certamente não atendem às demandas do ensino público fundamental. Na prática, tanto professores de Educação Física, licenciados em Pedagogia ou Escola Normal, assim como os licenciados nas outras linguagens de arte, vêm trabalhando com Dança nas escolas. (BRASIL, 1998, p. 29).

Os relatos da maioria dos professores parecem indicar que eles oferecem aos alunos linguagens diferentes de suas formações: “As quatro, seguindo o regulamento... o planejamento... só que de maneira, assim, não tão a fundo mesmo” (E1);

Aliás, a que eu coloco é a música. Não as coisas específicas de música, mas eu utilizo uma letra de música, eu passo um vídeo, um clipe, ritmo, história da música. Porque isso está no cotidiano deles. Eles escutam música o tempo inteiro. E tô querendo inserir o teatro o ano que vem, porque eu percebi que eles tem potencial. (E2);

As quatro não. Mas eu dou um pouco de teatro pra eles. Eu gosto. Só algumas aulas mesmo. Pra eles experimentarem. E, sempre que dá, eu coloco música na sala de aula. Junto com as atividades de Artes Visuais mesmo. Acho que dá certo trabalhar assim. (E6).

O relato a seguir chama a atenção por ser de um entrevistado, com habilitação em Música, que utiliza outras linguagens na apresentação das atividades em aula:

As quatro não. Mas eu fico mais em Artes Visuais e Música. Até mais Artes Visuais. Eu não fiquei muito na música não. Tentei pegar a coisa das Artes Visuais e Artes Cênicas também um pouco. Dança não deu muito certo não. Mas a própria Música não tem como dar direito porque não tem espaço físico, não tem material. Não tem como. (E3).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte comentam a respeito da prática dos anos 70 e 80, quando se iniciou a discussão das quatro linguagens na escola de Ensino Fundamental, que configurou a formação do professor polivalente em arte. O documento afirma que:

Com isso, inúmeros professores tentaram assimilar e integrar as várias modalidades artísticas, na ilusão de que as dominariam em seu conjunto. Essa tendência implicou a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte e, no lugar destas, desenvolveu-se a crença de que o ensino das linguagens artísticas poderia ser reduzido a propostas de atividades variadas que combinassem Artes Plásticas, Música, Teatro e Dança, sem aprofundamento dos saberes referentes a cada uma delas. (BRASIL, 1998, p. 27).

## 5 CONCLUSÃO

A conclusão deste estudo será apresentada em três partes: respostas às questões avaliativas; considerações sobre questões fundamentais trazidas no estudo avaliativo e recomendações.

### 5.1 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES AVALIATIVAS

O Quadro 5 apresenta trechos de falas das entrevistas realizadas com os professores de Arte de Campos. Esses trechos foram considerados mais representativos de opiniões sobre os indicadores abordados, no estudo, e as evidências foram retiradas da análise do estudo avaliativo.

Quadro 5 - Resposta às questões avaliativas

Questões avaliativas	Categorias	Indicadores	Evidências
1) Até que ponto os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão presentes no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes?	Aspectos materiais	Espaço físico para aulas de Arte	“As salas de aulas são as salas comuns e hoje elas estão muito mal conservadas” (E4).
		Materiais didáticos para aulas de Arte	“Não tem espaço pra fazer, nem material pra usar” (E1).
	Aspectos metodológicos	Referências artísticas	“Eu trabalho muito com vídeos, com imagens e com música” (E5).
		Atividades propostas aos alunos	“Tenho que passar o conteúdo todo no quadro, mandar eles copiarem e depois dar visto no caderno” (E4).
		Inter-relação com outras disciplinas	“Já fiz trabalhos com a professora de história, por exemplo” (E5).
		Projetos extracurriculares em Arte	“Já tive um grupo de teatro quando eu trabalhava só numa escola (...) Agora não faço nenhum projeto não. Até porque não sobra tempo” (E6).
		Avaliação em Arte	“A gente é obrigado a dar prova aqui na rede. Prova escrita” (E5); “Todas as disciplinas precisam reprovar o aluno. Senão não precisa ter” (E8).

(Continua)

(Conclusão)

Questões avaliativas	Categorias	Indicadores	Evidências
1) Até que ponto os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão presentes no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes?	Aspectos pedagógicos	Aprendizagem em Arte	“O que eu observo é que eles acham que arte é um passatempo de só desenhar” (E1).
		Ensino de Arte	“Eu acho que eles precisam aprender o que é arte, pra que é a arte e a importância dela (...) quando você vê uma obra você está vendo uma leitura de mundo” (E5).
		Três eixos de aprendizagem	“Eu não me aprofundi sobre os três eixos não. Até porque não é a minha formação. Eu li o PCN de Artes, mas eu não me aprofundi. Eu li pra fazer o concurso pra eu entrar e eu aprendi bastante” (E6).
		Formação continuada	“Você troca ideia, aprofunda no assunto, estuda, faz oficina (...) Então, você amplia os seus conhecimentos” (E2).
2) Até que ponto a regulamentação legal sobre o ensino da Arte orienta a prática docente em escolas municipais de Campos dos Goytacazes?	Aspectos legais	Currículo mínimo	“É muito difícil usar o Currículo mínimo na sala de aula. Eu até já tentei, mas é tudo diferente do que a gente tá acostumada” (E6).
		Obrigatoriedade do ensino de Arte	“Não dá pra o governo ficar brincando com essas coisas mais. Como é que depois da gente conquistar tudo isso, eles querem tirar Arte da escola? É o fim” (E6);
		Quatro linguagens artísticas no ensino de Arte	“Na teoria é bem escrito e tal e tem tudo isso bem explicadinho nos PCN. Mas você chega na sala de aula e é completamente diferente. Você não tem os quatro professores” (E3).

Fonte: A autora (2017).

Em relação à primeira questão avaliativa, o estudo considerou que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão **pouco presentes** no ensino de Arte de escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Pode-se considerar ainda que essa presença se faz de uma forma não intencional, na medida em que os relatos sinalizam que os professores não conhecem bem os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte.

As falas dos professores sobre a categoria Aspectos materiais e os

indicadores que a compõe, Espaço físico para aulas de Arte e Materiais didáticos para aulas de Arte, trazem evidências de que as escolas não têm recursos didáticos, como materiais e espaço físico, adequados para as aulas de Arte (BRASIL, 1998).

Os relatos acerca da categoria Aspectos metodológicos, com cinco indicadores, apresentam pouca presença dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte.

No indicador Referências artísticas, há poucas falas relacionadas a referências de interações dos alunos com artistas, especialistas, obras de arte, espetáculos, com os trabalhos dos colegas, entre outros (BRASIL, 1998). No indicador Atividades propostas aos alunos, os entrevistados não remetem aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte, pois os professores não afirmam que as atividades em Arte devem acontecer de maneira variada, apresentando trabalhos teóricos práticos, individuais e coletivos (BRASIL, 1998).

O indicador Inter-relação com outras disciplinas mostra que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão pouco presentes, nas práticas de alguns professores entrevistados, ainda que nem todos realizem a inter-relação com outras disciplinas; o indicador Projetos extracurriculares em Arte não contempla a presença dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte, visto que entrevistado algum afirmou que realiza projetos extracurriculares em Arte no município de Campos. O indicador Avaliação em Arte traz evidências de que os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estão presentes no ensino de Arte campista, embora a avaliação ocorra de uma maneira distinta da que o documento sugere.

A categoria Aspectos pedagógicos apresenta quatro indicadores e metade destes apresenta evidências da presença dos Parâmetros Curriculares/Arte. O indicador Aprendizagem em Arte não sinaliza evidências da presença dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte.

O documento em questão afirma que, a cada momento de seu desenvolvimento, ao longo da disciplina Arte, o aluno deverá “compreender conceitos e princípios de modos distintos até que por fim possa, progressivamente, deles se apropriar, compreendendo seus significados mais complexos” (BRASIL, 1998, p. 45). Já o indicador Ensino de Arte contempla a presença dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte nas falas dos respondentes.

O indicador Três eixos de aprendizagem não apresenta a presença dos



Parâmetros Curriculares/Arte, pois os entrevistados dizem não aplicar os eixos norteadores (produzir, apreciar e contextualizar arte) em suas atividades. Quanto ao indicador Formação continuada, pode ser verificada a presença dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte no ensino de Arte campista nas falas dos entrevistados.

Em relação à segunda questão avaliativa, o estudo considerou que a regulamentação legal sobre o ensino da Arte **não orienta** a prática docente em escolas municipais de Campos dos Goytacazes. Essa conclusão se apoia na categoria Aspectos legais, cuja análise mostrou que o indicador Currículo mínimo não orienta a prática do ensino de Arte, visto que a maioria dos docentes da rede pública de ensino campista não consegue utilizar o Currículo mínimo proposto pela secretaria. De acordo com os relatos apresentados, os profissionais não se sentem preparados para utilizar as indicações propostas pelo documento.

O indicador Obrigatoriedade do ensino de Arte apontou que a legislação não orienta a prática dos professores. Os relatos mostram que os docentes se sentem insatisfeitos quanto às recentes modificações legais, com a promulgação da Reforma do Ensino Médio, que prevê a disciplina Arte como optativa, e afirmam que é necessária a permanência da obrigatoriedade do ensino de Arte na legislação.

No que tange ao indicador Quatro linguagens artísticas no ensino de Arte, ficou evidenciado que a legislação não orienta a prática dos docentes de Arte no município de Campos. Os relatos afirmam que os documentos oficiais são muito distantes de suas práticas pedagógicas e, portanto, é preciso que a legislação apresente soluções para que se cumpra a exigência da oferta das quatro linguagens, no que concerne à organização curricular e escolar dos conteúdos.

De acordo com a análise dos relatos, pode-se considerar ainda que a regulamentação legal do ensino de Arte confunde mais do que orienta a prática dos professores de Arte do município de Campos dos Goytacazes. No que diz respeito ao Currículo mínimo, à obrigatoriedade do ensino de Arte ou à oferta das quatro linguagens artísticas na escola, a legislação não é clara o suficiente para orientar o dia a dia dos professores. Os docentes interpretam os documentos de maneira pessoal e, mesmo querendo acertar, acabam se enganando em suas práticas, como por exemplo, trabalhando em sala de aula com linguagens artísticas diferentes de suas formações.

## 5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O estudo avaliativo traz algumas reflexões decorrentes da inserção da Arte na matriz curricular da escola pública como uma disciplina obrigatória. Se de um lado a Arte ganha um estatuto escolar, fruto de um longo percurso, de outro perde quando se submete a um engessamento disciplinar que remete a questões curriculares específicas. Como usar o livro didático de Arte? Como proceder se a escola não tem materiais nem espaços apropriados para Arte? Devo dar prova de Arte? Arte deve reprovar os alunos? Cabe ao professor de Arte construir maneiras de responder a esses questionamentos, submetido, ainda por cima, à hierarquia da escola e seus regimentos.

Apesar de o estudo avaliativo ter como foco a opinião de professores, constatou-se, em diversos indicadores, que a gestão da educação municipal influencia bastante a prática dos docentes. Um exemplo é a falta de material e espaço adequados para as aulas de Arte. Se a gestão não oferece condições adequadas para o desenvolvimento do ensino de Arte, será o professor capaz de resolver tantos contratempos?

Outra questão trazida por esse estudo avaliativo é a desvalorização da Arte perante outras disciplinas escolares. Esse lugar menos privilegiado da Arte já vem sendo apontado por autores que afirmam, de uma forma geral, que a Arte não tem sido valorizada nas escolas como disciplina obrigatória dentro do processo pedagógico. Essa questão aparece de várias formas no discurso dos entrevistados, destacando-se, por exemplo, na afirmação de todos os professores entrevistados que a reprovação legitima a disciplina Arte na escola.

Outro ponto remete ao próprio estatuto da Arte, pois o estudo avaliativo aqui empreendido revelou diferentes concepções sobre arte e sobre a finalidade do ensino de Arte. Mesmo não tendo sido objeto de um questionamento específico, ao tecer considerações sobre o ensino de Arte, os professores expressaram concepções que os orientam, a saber: Arte é tudo; Arte é conhecimento; Arte é para a cidadania; Arte é alívio; Arte é expressão. É possível, portanto, que essas diferentes concepções sobre a arte e o ensino da Arte gerem práticas pedagógicas distintas.

Recomenda-se que a legislação brasileira e os documentos normatizadores sejam objetos de estudo aprofundados pelos professores da rede municipal de

ensino de Campos dos Goytacazes, tendo em vista o potencial presente nesses documentos para fundamentar ações de formação continuada. Entretanto, deve-se destacar a necessidade de transformar os princípios, conceitos, as concepções e práticas em conteúdos possíveis de serem trabalhados em permanentes capacitações.

Recomenda-se, ainda, que as condições para o desenvolvimento das aulas de Arte, como a disponibilização de espaço físico e materiais didáticos adequados, por exemplo, sejam revistas pela Secretaria Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes.

## REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. *Revista Cultura e Extensão Usp*, São Paulo, v. 7, 2012.
- AMARAL, Maria das Vitórias Negreiros. FAEB e Políticas Públicas para a formação de Professores das Artes e atuação na Educação Básica. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE-EDUCADORES DO BRASIL, 24., 2014. Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: FAEB, 2014.
- AMATO, Rita de Cássia Fucci. A função ideológica do canto em conjunto no projeto de Villa-Lobos durante a era Vargas: análise a partir dos guias de Canto orfeônico (1940; 1951). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL VILLA-LOBOS, 2009. São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009. p. 7-12.
- BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BARBOSA, Ana Mae. Arte educação no Brasil: do modernismo ao pós-modernismo. *Revista Digital Arte*, São Paulo, out. 2003. Disponível em: <<http://www.revista.art.br/site-numero-00/anamae.htm>>. Acesso em: 1 maio 2017.
- BARBOSA, Ana Mae. *John Dewey e o ensino de arte no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012a.
- BARBOSA, Ana Mae (Org.). *Inquietações e mudanças no Ensino da Arte*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012b.
- BARBOSA, Ana Mae. Políticas públicas para o ensino de arte no Brasil: o perde e ganha das lutas. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE-EDUCADORES DO BRASIL, 25., 2015. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: FAEB, 2015a. p. 16-21.
- BARBOSA, Ana Mae. *Redesenhando o desenho: educadores, política e história*. São Paulo: Cortez, 2015b.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação*. [S.l.], v. 20, n. 62, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62/1413-2478-rbedu-20-62-0679.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- BATISTA, Flóida Moura. Trajetória da disciplina de Arte e a Formação do Professor. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. 3., 2014, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2014.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais)-Escola Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/ensino\\_artistico/liceu\\_alba.htm](http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/liceu_alba.htm)>. Acesso em: 8 abr. 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, DF, 21 dez. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Base para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 11 ago. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 22, de 4 outubro de 2005. Solicitação de retificação do termo que designa a área de conhecimento “Educação Artística” pela designação. “Arte, com base na formação específica plena em uma das linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Senado Federal. *LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2013*. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes*. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes*. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 195, de 5 de agosto de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Desing. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 6 ago. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 280, de 6 de dezembro de 2007. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Artes Visuais, bacharelado e licenciatura. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 7 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Música na educação básica. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 19 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 3 maio 2016.

CAMPOS, Lucila M. S.; ANDION, Maria Carolina M. Avaliação de Projetos Sociais em Organizações da Sociedade Civil: Um Estudo sobre Concepções e Práticas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO. 35., 2011. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

CARVALHO, Cibele Regina de. Um pouco de história da arte-educação brasileira: a professora Anita Malfatti. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES DE ARTES PLÁSTICAS. 16., 2007. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAP, 2007. p. 761-769.

COSTA, Fabiola Cirimbelli Búrigo. A contribuição do movimento escolinhas de Arte no Ensino de Arte em Santa Catarina. *Revista Nupeart: Núcleo Pedagógico de Educação e Arte*. Florianópolis, v. 8, p. 11-27, 2010.

DIAS, Sheila Grazielle; LARA, Ângela Mara de Barros. A legislação brasileira para o ensino de artes e de música 1920 a 1996. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL. 9., 2012, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2012.

FUSARI, Maria de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa. *Arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOMES, Karina Barra; NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. Ensino da arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas. *Revista Ensaio: aval. pol. públ. Educ.* Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 583-596, 2008.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

KLÜBER, Tiago E. Atlas TI como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. *Revista Temática Digital*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 5-23, 2014.

LAGE, Maria Campos; GODOY, Arilda Schmidt. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 9, n. 4, 2008.

MARTINS, Luzita Maria; SILVA, Josie Parrilha. Herbert read: possibilidades educativas da relação entre arte e ciência. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE-EDUCADORES DO BRASIL, 24., 2014, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: FAEB, 2014. p. 1-12.

MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha Telles. *Didática do ensino da arte: poetizar, fruir e conhecer arte*. São Paulo: Editora FTD, 1998.

MINAYO, Maria Cecília S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 239-262, 1993.

NORONHA, Lina Maria Ribeiro. O Canto Orfeônico e a construção do conceito de identidade nacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL VILLA-LOBOS. 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2009. p. 1-6.

PEREIRA, Sarah Cristina C. *Entrevista I: entrevista com Nicaulis Costa Conserva*. Campos dos Goytacazes, 2017. 1 arquivo mp3 (ca.1h e 20 min.).

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. Políticas públicas na pós-graduação em artes visuais no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE-EDUCADORES DO BRASIL. 25., 2015, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: FAEB, 2015. p. 21-30.

SÁ EARP, Maria de Lourdes; HILDENBRAND, Lucí. Abordagem qualitativa: características e procedimentos básicos. In: SILVA, Angela Carrancho da. (Org.). *Avaliação & Pesquisa: conceitos e reflexões*. 3. ed. Rio de Janeiro: Luminária, 2014.

SANTOS, Marco Antonio Carvalho. *Heitor Villa-Lobos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas, ano 20, n. 51, p. 9-28, 2000.

UENF. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. *Arte na escola: polo UENF recebe prêmio nacional*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/premio-para-arte-na-escola-uenf.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

UNESP. Universidade Estadual Paulista. *Rede São Paulo de Formação Docente: metodologias para o Ensino e Aprendizagem da Arte*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2012.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

## **APÊNDICES**



## **APÊNDICE A - Roteiro de entrevista para a Coordenadora pedagógica do ensino da Arte do município de Campos dos Goytacazes – RJ**

### Dados da entrevistada

- 1) Qual sua formação? Em que escolas já trabalhou?
- 2) Como chegou na secretaria? Há quanto tempo está na secretaria?
- 3) Qual o seu cargo na secretaria?

### Estrutura da secretaria/coordenadoria de Arte

- 4) Cargo e subordinação administrativa na secretaria: qual é a função da sua coordenação em relação ao ensino de Arte nas escolas?
- 5) Como se estruturam as outras disciplinas na secretaria?

### Oferta de ensino no município de Campos dos Goytacazes

- 6) Números de alunos nas escolas municipais, quantas escolas, quantos distritos são atendidos, quantos professores?
- 7) Que nível de escolaridade as escolas de Campos atendem?

### Escolas do município de Campos dos Goytacazes

- 8) Como são as escolas do município de Campos? Descreva essas escolas em termos de espaço físico, localização, acesso e etc.
- 9) Agora vamos focar o ensino de arte nas escolas: As escolas têm salas de aula/espços de aula diferenciadas para o ensino da Arte? Como são as salas de aula de Arte?
- 10) Que material pedagógico as escolas têm para ensinar Arte? Quais os recursos didáticos disponíveis?
- 11) Todos os alunos do município têm aula de Arte?

### Os professores de Arte no município de Campos dos Goytacazes

- 12) Quantos são os professores de Arte no município de Campos dos Goytacazes? Quantos são os professores por escola?
- 13) Como são contratados os professores de Arte nas escolas? Os professores de Arte do município de Campos são concursados?
- 14) Quando foi o último concurso para professores de Arte no município? Fale um pouco sobre os concursos...
- 15) Como os professores de Arte são alocados nas escolas municipais? Um professor pode lecionar em mais de uma escola?
- 16) Há falta de professores de Arte no município de Campos? Se sim, como isso é resolvido?
- 17) Qual a carga horária dos professores de Arte do município de Campos dos Goytacazes?

### Estrutura do ensino de Arte nas escolas municipais de Campos dos Goytacazes

- 18) Como é o planejamento das aulas de Arte nas escolas? O planejamento segue algum modelo? Alguma diretriz da secretaria?
- 19) Como o ensino de Arte está presente (ou não) nos Projetos político-pedagógico das escolas?
- 20) Como se dá a questão da interdisciplinaridade entre as outras disciplinas?
- 21) Em que medida o conteúdo do que o professor faz em sala de aula é estruturado pela secretaria? Como? Como os professores sabem o que deve ser ensinado nas escolas?
- 22) Os três eixos de aprendizagem (proposta triangular) são vivenciados nas escolas de Campos? Como?

### Avaliação

- 23) Existe alguma diretriz sobre a avaliação dos alunos?
- 24) Como a reprovação em Arte é tratada pelo município? Há casos de alunos reprovados em Arte?

### Regulamentação legal

- 25) A legislação da obrigatoriedade das quatro linguagens artísticas está sendo cumprida no município? Como?
- 26) Qual é relação entre as quatro linguagens artísticas e o alocação de professores por escola?
- 27) Os Parâmetros Curriculares Nacionais/Arte estruturam o ensino de Arte nas escolas? Como?

## **APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para os professores de Arte do município de Campos dos Goytacazes – RJ**

### Dados pessoais

- 1) Para iniciarmos, vou perguntar algumas informações pessoais. Qual o seu nome e sua idade?
- 2) Há quanto tempo você é professor (a) de Arte?
- 3) Qual seu tempo de docência na rede municipal de ensino de Campos?
- 4) Como você ingressou na rede municipal de ensino? Foi através de concurso ou contratação? Qual foi a sua disciplina para ingresso?
- 5) Em que escolas municipais você leciona Arte atualmente? Que níveis de ensino?
- 6) Qual a sua carga horária na disciplina Arte no município?
- 7) Quantas turmas nessas escolas municipais você tem/leciona? Quantos alunos você tem?
- 8) Você leciona em outras escolas particulares, federais, estaduais? Em que níveis de ensino?

### Formação Profissional

- 9) Qual foi seu curso de graduação? Em que ano você se formou, em que instituição/ município. Fez bacharelado ou licenciatura?
- 10) Quanto tempo você tem de formado (a)?
- 11) Depois da formação inicial, que cursos que você realizou? Qual o ano, o nível e a instituição?
- 12) Você já participou de capacitações promovidas pela prefeitura na área do ensino de Arte? Quais? Qual sua apreciação sobre elas?
- 13) O que mais o ajudou na sua formação profissional? Por que?

### Orientações didático pedagógicas municipais para o ensino de Arte

- 14) Você conhece as Diretrizes curriculares do município de Campos? Como chegou essas orientações? Você considera que esse documento auxilia na sua prática docente? Como?
- 15) O que pensa do Planejamento Anual proposto pela secretaria? Este é um documento que orienta o seu planejamento de aulas?
- 16) Como você vê o Currículo Mínimo proposto pela secretaria? Você o utiliza na sua prática pedagógica? Como?

### Prática docente

- 17) Vamos passar agora para a realidade da sua prática enquanto professor (a) de Arte nas escolas municipais. O que você acha do espaço didático-pedagógico para o ensino de Arte na (s) escola (s) que você trabalha? Como você avalia esse espaço para o ensino da disciplina de Arte? Por quê? Na escola tem espaços próprios para aulas de Arte, como teatro, laboratório de Arte, ou outro local? Fale um pouco a esse respeito.
- 18) O que você acha dos recursos didáticos que tem para suas aulas? Fale sobre isso.
- 19) Que materiais você pede para os alunos trazerem para as aulas?
- 20) Você utiliza algum livro didático em suas atividades? Os alunos têm esse material? Quando você solicita algum outro material didático para suas aulas, você consegue? Explique um pouco.

### Ensino-aprendizagem

- 21) Os PCN orientam que os alunos devem ter informações sobre a arte a partir de contato com artistas, documentos e acervos nos espaços da escola ou fora dela. Portanto, como você seleciona as referências artísticas para os seus alunos?
- 22) E quanto a você, como busca suas referências artísticas? Você vai a teatros, cinema, espetáculos ou exposições?
- 23) Como são as atividades e trabalhos que você propõe a seus alunos? Fale um pouco sobre como eles acontecem.
- 24) Você conhece os três eixos da aprendizagem em Arte? Fazer, apreciar e contextualizar. Você os utiliza em sua prática? Fale um pouco sobre isso.
- 25) Na sua prática, existe inter-relação da disciplina de Arte com outras disciplinas? De que modo? Pode me citar um exemplo?
- 26) Você oferece projetos de Arte para seus alunos de forma extracurriculares? Quais?

### Avaliação em Arte

- 27) Como você realiza a avaliação de seus alunos na disciplina Arte?
- 28) O que pensa sobre disciplina de Arte e reprovação?

### Concepções pedagógicas

- 29) Que conhecimento em Arte seus alunos têm quando iniciam o Ensino Fundamental II, visto que eles já tiveram aulas de Arte no Ensino Fundamental I? Isso ajuda nas suas aulas ou não? Explique.
- 30) Para você, os seus alunos têm capacidade de aprender Arte? Eles aprendem Arte?
- 31) Em que medida o ensino de Arte modifica o comportamento do aluno?
- 32) No seu ponto de vista, qual a finalidade do ensino da Arte? Qual o significado de ensinar Arte nas escolas?

- 33) Você acha que consegue ensinar Arte para seus alunos? O que é possível ensinar em Arte?
- 34) Quais as suas maiores dificuldades em ensinar Arte?
- 35) O que gostaria de ensinar em Arte e não consegue? Por que não consegue?

#### Regulamentação legal

- 36) O que você pensa a respeito da obrigatoriedade do ensino da Arte nas escolas brasileiras? Fale um pouco sobre isso.
- 37) Você conhece a regulamentação sobre as quatro linguagens artísticas oferecidas no ensino da Arte prevista na atual legislação? Como chegou a essa regulamentação?
- 38) O que você pensa sobre a questão das quatro linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) oferecidas no ensino da Arte? Fale um pouco a respeito disso.
- 39) Você oferece as quatro linguagens ou só aquela da sua formação?
- 40) Você considera que a legislação sobre Arte ajuda sua prática docente? Por quê?